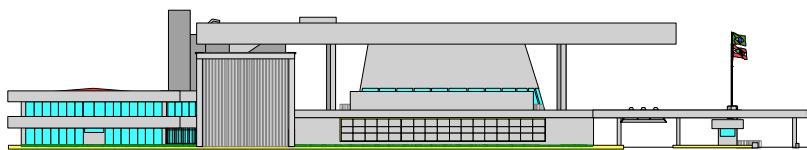


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 13 DE NOVEMBRO DE 1998

NÚMERO 4.577

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Norberto Stroisch Filho

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 971**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 117ª Sessão Ordinária
realizada em 04/11/1998 2
Ata da 118ª Sessão Ordinária
realizada em 05/11/1998 9

Atos da Mesa Diretora

Resoluções 14

Publicações Diversas

Atas de Comissão Permanente e
Especial 17
Portarias 21
Termos de Convênio 22

P L E N Á R I O

ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 04 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Cesar Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

3888/98, encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina;

3889/98, encaminhando os ajustes Sinief nºs 05, 06, 07 e 08/98, o Protocolo ICMS nº 32/98 e os convênios ICMS nºs 075/98 a 105/98, celebrados na 91ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin, que declara de utilidade pública a União das Associações de Correia Pinto - UNIASCOP, com sede e foro na cidade e Comarca de Correia Pinto.

OFÍCIOS NºS:

0095/98, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, solicitando que seja apresentada uma emenda ao Projeto de Lei que cria mais 30 Varas Cíveis, incluindo o Município de Urussanga para receber mais uma Vara;

0156/98, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caxambú do Sul, solicitando que

se faça algo a mais para a área da Agricultura, pela difícil situação que vem passando as pequenas propriedades;

0170/98, do Sr. Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, solicitando empenho ao Projeto de Lei nº 248/98, que reverte ao Município de Alto Bela Vista, um imóvel matriculado sob nº 4.907;

0255/98, do Sr. Coronel PM Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, reportando-se ao Requerimento nº 323/98, visando a reestruturação do Corpo de Bombeiros no Município de Campos Novos;

1325/98, do Sr. Diretor de Serviços da Telesc, reportando-se ao Telefax nº 085/98, que solicita um telefone público na rua Stanislaw Schewiisky, no Bairro das Palmeiras, no Município de Canoinhas;

11738/98, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, encaminhando o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao terceiro trimestre de 1998.

FAX:

- Do Sr. Deputado Federal Edson Bez Oliveira, reportando-se ao Telefax nº TE/0833/98, comunicando que esteve tratando do assunto com o Ministro da Fazenda, na data de 27 de outubro de 1998.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos usar a tribuna para registrar a nossa participação, juntamente com o Presidente da Casa, Deputado Neodi Saretta, e com os Deputados Adelor Vieira, Herneus de Nadal, Francisco Küster e Afonso Spaniol, na sexta-feira e no sábado pela manhã, estendendo-se até as 14h, no encontro de Parlamentares catarinenses com os da região de Misiones, situada no nosso país co-irmão Argentina.

O projeto de desenvolvimento regional integrado é um projeto que visa um desenvolvimento da região do Extremo Oeste de Santa Catarina, e de comum acordo, podemos dizer, com a região de Misiones, nos Municípios de São Pedro e Bernardo de Irigoyen.

Discutimos alguns assuntos que dizem respeito ao desenvolvimento das duas regiões e solicitamos aos dois países um tratamento diferenciado para facilitar ou proporcionar um desenvolvimento daquela região.

Na pauta das reivindicações, tivemos os debates e o consenso de elaborarmos um documento, documento este nº 1, que será expedido aos órgãos competentes na Província de Misiones e no Estado de Santa Catarina e, conseqüentemente, às autoridades federais.

Tenho certeza de que o encontro foi importante, e lá estavam presentes dezoito Deputados da Argentina, nove da Oposição e nove da Situação, entre eles quatro Deputadas. Aliás, o Parlamento argentino é composto 30% de mulheres, e é importante, Deputados, um Parlamento em que a mulher realmente se faz participar.

Este encontro, Srs. Deputados, resultou num encurtamento de distância entre os Parlamantos da Argentina e Santa Catarina. Dava para notar o interesse daqueles Parlamentares em ver a região missioneira unida com a região do Extremo Oeste de Santa Catarina e imbuídas dos mesmos sentimentos, tanto econômicos como culturais, almejando que essas regiões sofram uma transformação. Não que Santa Catarina tenha desprezado as regiões Oeste e Extremo Oeste, mas, pela distância, realmente temos que reconhecer que houve um atendimento até certo ponto retardado.

Atualmente, existem condições de tratar todos os Municípios de Santa Catarina com igualdade, a não ser quando o Poder Executivo não tem interesse ou o Legislativo não acompanha.

Mas o problema de Misiones é um pouco diferente. É uma região de mata, de grandes reflorestamentos e de grandes reservas nativas. Por isso não tem um desenvolvimento mais acelerado na pecuária, na agricultura ou até mesmo na indústria. Inclusive, na região de Misiones, em comum com a região do Extremo Oeste, existe uma criação de suínos bastante significativa.

Estivemos também na divisa, mais precisamente no Rio Peperi, onde os empresários e as municipalidades dos dois países construíram a ponte que liga Brasil e Argentina. Do lado argentino fica o Município de São Pedro, e do lado brasileiro, em Santa Catarina, fica o Município de Paraíso.

Nós estivemos com os Vereadores, com líderes empresariais, líderes de agricultores, lideranças políticas, Vereadores de todos os Partidos, principalmente do PPB, que estavam prestigiando na sua totalidade, e do PDT.

Foi um encontro importante, porque ficou bem caracterizada a necessidade de darmos uma atenção àquela região. E para que ocorra esse desenvolvimento na sua integralidade, a primeira coisa que precisamos é a complementação da BR-282 que vai de São Miguel d'Oeste até o Município de Paraíso, uma distância de 28 quilômetros que necessita de pavimentação, para que, num acordo com a Argentina, aquele país também pavimente o trecho da divisa do Peperi até a cidade de São Pedro, integrando-a com o resto da Argentina.

Ai, sim, poderemos ter um desenvolvimento, como é o sonho dos povos daquela região. Nós, que entendemos um pouco de transporte, nos poucos quilômetros que percorremos dentro da Argentina vimos a necessidade daquele país também rasgar aquela floresta virgem, que, por sinal, é densa e muito bonita, e construir ou reabrir a estrada já existente, para que haja realmente a integração daquelas duas regiões.

Mas sentimos nos Parlamentares argentinos interesse, como também das autoridades do país argentino, na implantação definitiva daquela rodovia, que é a Rota 20, para integrá-la com a BR-282 e, conseqüentemente, com Santa Catarina e o Brasil.

Eu quero crer que esse primeiro encontro foi muito importante, porque o assunto realmente versou sobre um projeto de desenvolvimento regional integrado, que é o anseio daquelas duas comunidades. Tenho certeza que os dois Governos deverão sensibilizar-se para que, efetivamente, se comece um trabalho buscando a integração do nosso País com a Argentina.

Nós sentimos que, além dos Parlamentares, o Prefeito do Município de São Pedro também está muito entusiasmado com o processo e entende que só com a integração com a região do Extremo Oeste poderá sensibilizar as autoridades da Província de Misiones e, conseqüentemente, da Argentina para que haja esta integração, individualmente ou separadamente, Brasil/ Argentina. Isoladamente, nada terão de peso, podemos dizer, para que se concretize este grande sonho daquela gente.

Por isso, deixamos registrado essa viagem feita nesse feriadão. Ao invés de tirarmos algumas horas com os nossos familiares, prestamos um trabalho à população do Extremo Oeste e aos argentinos, sacrificando o nosso fim de semana. Compareceu uma boa representação de Parlamentares de Santa Catarina, que encontraram outra grande representação da Argentina, lá discutindo esses assuntos tão importantes para o nosso Extremo Oeste e para a região de Misiones.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Pedimos a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Com a palavra, por até dez minutos, o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal da imprensa e visitantes, sendo o único Deputado reeleito da região da Ameosc e tendo sido realizado este evento naquela microrregião do nosso Estado,

evento este já aludido pelo Deputado Reno Caramori, eu também não poderia deixar de manifestar-me sobre o assunto.

De fato, Srs. Deputados, foi um marco histórico esse primeiro encontro, que contou com a participação de Deputados do Estado de Santa Catarina do lado brasileiro e de Deputados da Província de Misiones do lado argentino.

Esta iniciativa partiu das lideranças político-empresariais do Extremo Oeste catarinense, tendo o evento se revestido de um caráter absolutamente suprapartidário, com a participação, inclusive, de Deputados do nosso litoral. O Deputado Adelor Vieira, que é oriundo da região de Joinville, marcou presença neste evento.

No dia em que me manifestei no salão de atos do Colégio Peperi, em São Miguel d'Oeste, foi lançada a semente para dois grandes objetivos. O primeiro, no sentido de integrar efetivamente os dois Estados, as duas regiões, porque até hoje os assuntos que dizem respeito ao Mercosul foram tratados, em sua grande maioria, em nível de São Paulo-Buenos Aires, Florianópolis-Buenos Aires, ficando a região do Oeste catarinense, assim como a região do Nordeste da Argentina, alheias aos tratados, aos acordos feitos com relação ao Mercosul.

Então, o primeiro grande ponto - e já teve início esse objetivo - é integrar mais esses dois povos, as suas lideranças, porque nós, catarinenses, temos muito mais coisas em comum com este povo vizinho da Província de Misiones do que com outros povos do próprio Brasil, como, por exemplo, os do Nordeste, do Norte, onde existe uma cultura, uma maneira de desenvolvimento diferente da nossa.

Inclusive, conversando com dois Deputados da Argentina, descobri que os dois falavam alemão e que eram oriundos de Municípios do Rio Grande do Sul, mais precisamente da região de Lageado e Monte Negro. Esses Deputados me confirmaram que muitas pessoas que moram hoje em Posadas, em São Pedro, na região de Misiones, são procedentes do Estado do Rio Grande do Sul, e no Oeste catarinense, a grande maioria dos nossos antepassados, dos nossos antepassados, é formada por pessoas vindas do Rio Grande do Sul.

O segundo grande objetivo desse encontro era criarmos, a médio prazo, naquela região, um pólo de desenvolvimento social e econômico com incentivos fiscais.

Possivelmente, na sessão de amanhã deverá ser lido o esboço desse documento, que tem uma proposta de criar incentivos com redução do ICMS às empresas que se instalarem naquela microrregião. As empresas que hoje já existem no Estado e querem ampliar as suas atividades terão, conforme a intenção desse encontro e desse documento, incentivos fiscais ao se instalarem naquela região.

Acho, como dizia o Deputado Reno Caramori, um ato de justiça, porque se nós fizermos uma retrospectiva histórica de Santa Catarina, podemos constatar que, salvo raras exceções, o progresso veio ao Oeste e, principalmente, ao Extremo Oeste catarinense sempre com atraso, sempre depois de outras regiões.

Em termos de energia elétrica, quando quase todas as demais regiões do Estado já estavam com esse benefício, tão insubstituível, lá chegou com atraso. Com relação ao telefone foi a mesma coisa. E hoje, na região da Ameosc, apenas o Município de São Miguel d'Oeste tem sinal do telefone celular.

Então, é com justiça que se faz esta proposta de criar incentivos, para nós compensarmos um pouco o atraso histórico que padece aquela região.

Portanto, repito que vejo isso com muita simpatia, com muito entusiasmo, com muita coragem, e gostaria de conclamar os demais Deputados para que leiam este documento, a fim de que possamos discutir com profundidade as propostas iniciais que constam desse documento, para que possamos dar aos Municípios do Extremo Oeste catarinense o incentivo que eles merecem.

Vamos nos imbuir do propósito de fazer daquela região mais um pólo de desenvolvimento, para o bem do nosso Estado, para o bem da Província de Misiones e, por que não dizer, para a prosperidade do povo do nosso Brasil e da Argentina.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua livre a palavra em Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pedimos a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Gilson dos Santos, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente e Srs. Deputados, será que este seria o momento do Governador do Estado ir para a Espanha autorizado por esta Casa, que em tantas oportunidades tem sido acusada de ser contra o Governo de Santa Catarina?

Começo a me questionar, Deputado Francisco Küster, porque é um Governador que está tendo um processo na Justiça Eleitoral do seu Estado, é um Governador que está tendo os recursos do seu Estado retidos pela União, é um Governador que não está pagando o salário em dia - e hoje, coincidentemente, o servidor público de Santa Catarina ainda não tem assegurado quando vai perceber a sua remuneração de setembro próximo passado -, é um Governador que ainda não tem a condição de dizer se vai ou não pagar o 13º salário. E é esse Governador que está hoje passeando num dos países da Europa, deixando o Estado dessa maneira.

A lei da anistia fiscal teve a colaboração direta desta Casa, foi aperfeiçoada, e dizem que os recursos que adentrariam seriam suficientes para deixar o Estado catarinense numa situação financeira razoável. Hoje já ouvi alguns comentários, através de uma entrevista do Secretário da Fazenda, dando conta que os recursos que entraram no Tesouro do Estado foram muito aquém do esperado. E amanhã, naturalmente, virá uma notícia de que é culpa da Oposição.

Esse Governador, que está com problemas pela não-passagem dos recursos a todos os Poderes do Estado, teve agora, através de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que repassar ao Tribunal de Justiça, mas ainda não repassou à Assembléia Legislativa o duodécimo (o Deputado Odacir Zonta está confirmando que será repassado hoje).

Mas o que realmente nos causa espécie é que parece que o Governador não está nem aí. Vai viajar, deixando as coisas se acomodarem, deixando que os recursos aportem no Estado, para depois dizer que é tudo perseguição política.

Ainda ontem tivemos a oportunidade de ver a rolagem da dívida do Ipesc dentro do quadro geral de dívida do Estado de Santa Catarina, o que vai minorar o problema. E sabe muito bem a respeito disso o Deputado Volnei Morastoni, que muito tem trabalhado a respeito.

Parece-me que o Governador do Estado resolveu deixar as coisas caminharem, resolveu deixar ao "seja lá o que Deus quiser".

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de fazer este registro, porque todas as leis necessárias para que o Governo cumprisse os compromissos com toda Santa Catarina esta Casa não negou em momento nenhum. Inclusive, na rolagem da dívida, fomos absolutamente diligentes, demos ao Governo os instrumentos necessários à implementação desta que não será a solução, sabemos disso, mas que pelo menos procura dar governabilidade para o futuro do nosso Estado.

Portanto, estranho que o Governador do Estado neste momento grave esteja fazendo os seus projetos pessoais no progressista país da Europa, a Espanha, capital cultural do mundo.

Enquanto estivermos nesta Casa, tudo que for para o bem de Santa Catarina haveremos de dar apoio, desde que não enseje apenas promoções pessoais de um ou outro Partido Político.

Eu acho que a Assembléia Legislativa, nestes quatro anos que aqui estivemos, deu todas as condições para que o Governo realmente realizasse aquilo que havia prometido, mas que lamentavelmente não passou de grande promessa eleitoral.

Brevemente, um novo Governo se instalará neste Estado. Sabemos que as dificuldades serão imensas, mas tenho convicção plena de que a Assembléia Legislativa fornecerá os subsídios e as leis necessárias, objetivando fazer com que o Estado recomece o seu crescimento, recomece a ter credibilidade, coisa fundamental para todos nós que fazemos política.

Esperamos que o Estado de Santa Catarina passe a ser um Estado operoso, um Estado de boas notícias, de manchetes favoráveis, o que lamentavelmente não foi nestes últimos quatro anos.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer no horário de Breves Comunicações, uma vez que o horário reservado ao meu Partido será ocupado por outro Deputado da Bancada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado João Henrique Blasi, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assunto recorrente, que tem sido objeto de manchetes de jornais e de revistas, que tem ocupado editorial de programas de rádio e de televisão, é o recente pacote editado pelo Governo Federal, que nós todos temos que começar a desembrolhar. Se pararmos para fazer uma reflexão a respeito dele, por mais breve que seja, vamos ver que, uma vez mais, o bode expiatório do Governo Federal, para o encaminhamento da solução dos seus problemas, chama-se servidor público.

Se a dívida interna aumentou - e aumentou, de fato, de forma exponencial nesses últimos quatro anos -, a culpa, antes de mais nada, é atribuída ao servidor público. Se os encargos com juro aumentaram desmesuradamente - e é verdade -, também a culpa recai sobre o servidor público. E estranhamente recai apenas e tão-somente sobre o servidor público civil, porque, sem nenhum despreço aos militares, o que se vê é que este pacote, quando sobretaxa o servidor público civil de forma discriminatória, deixa o militar à margem de qualquer contribuição adicional para tentar equilibrar as contas da Previdência Federal.

Se é certo que vivemos num momento de dificuldade, não menos certo é o fato de que o sacrifício tem que ser imposto a todos. Não é admissível pretender-se e aceitar-se que apenas determinado segmento seja penalizado e outro possa passar incólume ao largo dessa situação.

No período anterior ao Plano Real, a culpa dos fracassos do Governo era sempre atribuída à inflação. Mesmo que os administradores fossem incompetentes, relapsos ou omissos, eram sempre eles colocados a salvo pelo dragão da inflação, que era desculpa para tudo, redimia qualquer erro. Mas agora a culpa recai e é atribuída ao servidor público, que teria inflado ou inchado a máquina do Governo. Mas isso de forma alguma retrata uma situação de realidade, até porque se se comparar a contribuição feita pelo servidor público e a contribuição dada pelo servidor da iniciativa privada para fins de aposentadoria, haveremos de chegar à inequívoca conclusão de que o primeiro, o servidor público, contribui com muito mais e tem na proporção da aposentadoria um benefício muito menor do que o servidor da iniciativa privada.

Por isso, não é aceitável essa política que se faz e não é aceitável que se pretenda que um plano venha cortar na carne, como diz o Governo, mas cortar na carne de apenas alguns e não de todos, como seria admissível, como seria compreensível numa situação de dificuldade como esta que estamos vivenciando.

Por isso, esse pacote chamado "Programa de Estabilidade Fiscal", que aí está, vem ferir de morte alguns segmentos, que não podem ser penalizados.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PMDB reuniu-se ontem, através das suas mais expressivas lideranças, para fazer uma análise racional, para fazer uma análise lógica a respeito desse pacote recentemente editado e das suas repercussões. E o Partido está, evidentemente, a favor daquelas medidas que sejam justas, daquelas medidas que sejam equânimes, daquelas medidas que venham ao encontro do interesse nacional. E de igual modo está contra aquelas medidas, como as que mencionei, que sejam discriminatórias, que sejam atentatórias a determinados segmentos, que privilegiem alguns em detrimento de outros.

Por isso, o Partido está vigilante, e tem essa posição, que haverá de ser tomada: nem o apoio incondicional às injustiças contempladas no pacote nem a sua rejeição liminar, com o juízo firmado antecipadamente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Volnei Morastoni, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença no Plenário das crianças do Colégio Estadual Henrique Midon, da cidade de Itajaí, que estão acompanhadas da professora Cátia e da professora Nádia.

Anteriormente, tive a oportunidade de desejar a elas boas-vindas. A presença delas muito nos honra! Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero registrar da tribuna desta Casa a nota de alerta à população catarinense que a Associação Catarinense de Medicina distribuiu no dia 1º de novembro último.

A nota diz o seguinte:

(Passa a ler)

"A classe médica catarinense, preocupada com a atual situação vivida na área da saúde em nosso Estado, alerta a população em geral para a possibilidade de um colapso na assistência médico-hospitalar.

Tal ameaça deve-se ao fato do real abandono do setor pelos Governos federal e estadual e ao desrespeito para com os médicos, que estão na linha de frente de um sistema público de saúde que remunera em R\$2,04 uma consulta e até R\$10,00 por algumas cirurgias. Uma política que trata os profissionais como fornecedores e nem assim é capaz de garantir o direito inalienável de remuneração pelo serviço prestado, deixando a comunidade em filas intermináveis e desumanas, sem acesso às consultas com especialistas e intervenções cirúrgicas, inviabilizando, na prática, o SUS.

Os médicos da rede pública estão recebendo com seis meses de atraso o pagamento do pró-labore dos procedimentos realizados nas UTIs (Unidade de Terapia Intensiva) e emergências hospitalares, áreas de maior concentração de risco e das quais depende a vida de milhares de pessoas a cada dia.

Além disso, a classe vem sendo penalizada por um débito de até quatro meses nos pagamentos do IPESC, prejudicando usuários e prestadores de serviços. Situação agravada mais ainda com o atraso inaceitável nos salários do funcionalismo público.

Face ao exposto, a Associação Catarinense de Medicina (ACM) informa que já notificou o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Conselho Regional de Medicina sobre a gravidade do quadro, e através desta nota manifesta seu repúdio, denunciando à população a realidade enfrentada pelos médicos, muitas vezes responsabilizados indevidamente pelas falhas na assistência e pela falta de prioridade ao setor, profissionais que hoje convivem com a falta de condições adequadas ao trabalho e sem as condições mínimas e justas de manterem seus compromissos com suas famílias e de estarem em permanente aprimoramento em suas áreas de atuação.

Em defesa à vida da comunidade catarinense, os médicos começam a se mobilizar numa campanha estadual em prol da saúde e pedem o apoio da população na busca das urgentes soluções e de respeito por parte dos nossos governantes. Mais do que nunca a sociedade organizada precisa ampliar o debate sobre as transformações necessárias ao setor, participando e auxiliando na procura de mecanismos alternativos, efetivos e sérios para o justo funcionamento do SUS, tanto para seus usuários como para os profissionais que prestam o atendimento.

Florianópolis, 1º de novembro de 1998.

ACM - Associação Catarinense de Medicina."

Srs. Deputados, essa nota de alerta à população da Associação Catarinense de Medicina traduz nesse momento a situação aflitiva, angustiante e muito grave que se encontra a saúde no nosso Estado para a maioria da nossa população.

Oitenta por cento ou mais da nossa população não tem planos privados de saúde, dependendo única e exclusivamente do SUS e do Ipesc, que estão numa situação extremamente grave.

Há quatro meses o Ipesc não paga os prestadores de serviço, os médicos que atendem nos seus consultórios, as clínicas e os hospitais de todo o Estado.

Aqui na Capital, os médicos que atendem pelo SUS, que trabalham nas emergências e nas UTIs, não recebem pró-labore desde fevereiro. Inclusive, no dia 29 de outubro, quinta-feira da semana passada, realizaram um dia de protesto.

Há duas semanas o Prefeito de Joinville devolveu o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, cedido ao Município, para o Estado.

Em igual situação ao Hospital Regional de Joinville estão os demais hospitais regionais do Estado, como o de Chapecó, o de Curitiba, o de Rio do Sul, o de Itajaí e o de Araranguá.

Há duas semanas, reuniram-se em Balneário Camboriú os sete Secretários dos Municípios que recentemente entraram na chamada gestão plena do sistema de saúde. Inclusive, na semana passada, da tribuna desta Casa, critiquei esta reunião, considerando-a equivocada, clandestina, fora das instâncias como o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde e outras, como a própria Comissão de Saúde desta Casa, que sempre se colocou aberta à discussão desta questão. Esses sete secretários se reuniram para fazer um pacto de corte de atendimento no SUS.

Portanto, a situação se agrava cada vez mais. Como aqui coloca a nota da Associação Catarinense de Medicina, estamos presenciando um colapso na assistência médico-hospitalar. E a nota também conclama para a defesa da vida da comunidade catarinense e a necessidade de uma campanha estadual de ampla mobilização.

É neste sentido que eu quero aproveitar a oportunidade para dizer, como Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, que nós estamos atentos a esta questão. Ainda na semana passada debatemos especificamente a situação do Ipesc. Há um encaminhamento de fazermos aqui um debate com os Poderes deste Estado, pois todos estão inadimplentes não só na cota patronal, mas também no repasse e no desconto dos próprios servidores.

Nós haveremos de, urgentemente, através da Comissão de Saúde, fazer um amplo debate neste Estado, reunindo todas as instituições e Poderes, como o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado, o Executivo, o Conselho de Secretários Municipais de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde, o Presidente da Fecam, extensivo, naturalmente, a Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta)(Faz soar a campanha) - V.Exa. tem só mais um minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Concluindo, então, Sr. Presidente, chamando também o Fórum Parlamentar Catarinense e os quarenta Deputados Estaduais, porque, independentemente da área maior que cada um possa ter de atuação no seu mandato, a saúde é uma questão essencial, diz respeito a todos, ainda mais agora, com o pacote fiscal que foi lançado, que faz cortes na área social. Se este ano já estamos com um 1.600 bilhões a menos na saúde, esse pacote vai tirar, no mínimo, mais um bilhão. A situação tende a se agravar, a vida das pessoas está em risco, os cidadãos estão morrendo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o Deputado Jaime Mantelli, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomamos à tribuna para informar que na sexta-feira da semana passada estivemos no Rio de Janeiro participando do Encontro Nacional do Partido Democrático Trabalhista, nosso Partido.

A Direção Nacional do Partido promoveu o encontro dos eleitos no dia 04 de outubro. Estavam presentes Deputados Estaduais de quase todos os Estados da Federação, Deputados Federais, Suplentes de Senadores, Vice-Governadores e a representação do Governador eleito do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho.

Este encontro nacional serviu para que houvesse um conhecimento mútuo entre os eleitos, fazendo com que o PDT comece uma nova dinâmica na tratativa das questões internas.

Na oportunidade, foram discutidas muitas questões que interessam ao futuro do PDT, a postura em relação ao Governo Federal. Foi adotada uma discussão muito interessante sobre a questão dos encaminhamentos partidários que devem ser feitos em nível de coligações, em nível de apoio, enfim, foi um debate sobre as políticas econômicas e as propostas das reformas que hoje estão colocadas no cenário nacional.

O PDT chegou à conclusão, então, em alguns pontos já de maneira bastante clara, que é a questão do seu comportamento em relação ao governo federal que mantém uma postura de oposição às propostas hoje defendidas.

O PDT entende que as medidas encaminhadas em nível de reforma, em nível de política econômica... Aliás, é uma política adotada de maneira incompleta, na medida em que se ocupa quase que especialmente do controle da inflação, não levando em conta todas as vertentes que devem ser consideradas num programa econômico, como a questão do câmbio real, a questão que vai levar para o juro adequado, o juro justo, mais competitivo, enfim, diminui, é recessiva absurdamente, já que diminui o potencial de emprego, até pelo contrário, aumenta a questão do desemprego e faz com que toda a economia brasileira ande para trás, ao invés de se ocupar efetivamente daquilo que a sociedade brasileira tanto necessita.

Dentro desse aspecto, o PDT mantém a sua posição de oposição em relação às políticas do Governo Federal, além de iniciar a discussão da composição de uma grande frente de oposição, mantendo-se próximo de

Partidos como o PT, PC do B, PCB, ou seja, de todos os Partidos que integraram a coligação nacional que teve a candidatura Lula/Brizola para Presidente da República, além de buscar mais a participação do PPS, que correu com candidatura própria à Presidência da República na última eleição, enfim, fazer com que todos os setores que estejam do centro à esquerda venham a integrar essa frente de Oposição, para que se possa provocar em nível nacional um debate à altura da necessidade, para que se priorize as questões sociais e não se deixar levar de arrasto, como vêm sendo dirigidas as propostas da política econômica do Governo Federal.

O encontro foi bastante positivo, até diferente no que concerne à prática tradicional. O Dr. Leonel Brizola, autoridade maior, que esteve presente da abertura até o encerramento, deu uma participação no debate de maneira muito interessante, muito democrática, permitindo até que se fizesse um passeio pela história ideológica do Partido, chegando-se aos dias atuais com as conclusões que acabamos de citar.

Foi, portanto, o encontro do PDT, no Rio de Janeiro, extremamente positivo no que tange à democracia. Evidentemente, muitos debates, muitas conversas, muitas discussões resultarão a partir daí, na medida em que a proposta de uma frente de oposição pura e simples vai depender de evidente discussão em nível de Estados e de Municípios.

Portanto, o PDT começou a discussão de uma proposta que seguramente vai ter desdobramentos muitos interessantes e altamente positivos para a democracia nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Ranzolin, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Inicialmente, gostaria de cumprimentar os Srs. Deputados, o Sr. Presidente e dizer que estou apresentando à Casa, na tarde de hoje, para ser deliberado em Plenário, um requerimento com o seguinte teor:

(Passa a ler)

"O Deputado signatário, em conformidade com o Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Plenário, encaminhamento de mensagem telegráfica ao Excelentíssimo Senhor Moacir Bertoli, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos seguintes termos:

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição do Deputado Ivan Ranzolin, propõe a esse Tribunal de Contas realização de uma auditoria no Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - Besc -, a fim de esclarecer sobre a aquisição de Títulos Públicos do Estado de Alagoas, detalhando o seguinte:

1 - Data em que o Besc adquiriu as Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Alagoas;

2 - Qual a quantidade de títulos públicos adquiridos pelo Besc;

3 - De que forma o Besc efetuou o pagamento referente à compra dos títulos públicos;

4 - Qual o valor pago pelos referidos títulos;

5 - Como o Besc contabilizou o resultado da operação."

Esta operação promovida pelo Banco do Estado de Santa Catarina, a compra de títulos do Banco do Estado de Alagoas, foi um operação que, no nosso entender, causou prejuízo irreparável à instituição financeira do Estado.

Quando efetivamos a CPI dos Títulos Públicos nesta Casa, o Presidente do Banco na época e um dos seus diretores financeiros, o Sr. Francisco Gross, fizeram afirmações de que o banco teria tido um lucro de R\$ 3 milhões.

Constatou-se, posteriormente, que o Banco Central decidiu que o Banco do Estado de Alagoas não iria mais honrar os compromissos com seus Títulos Públicos. Isso significa dizer que Santa Catarina sofreu um prejuízo irreparável, mas nós não sabemos que prejuízo foi esse.

Na verdade, o Banco do Estado de Santa Catarina tem demonstrado nos seus balanços pela imprensa que ocorreu um lucro no ano de 1997 de cerca de R\$ 25 milhões, que correu também lucro no período do ano 1998, ainda não definido, porque o período não terminou.

Nós queremos saber se foram contabilizadas as ações referentes à compra desses títulos do Besc. Por isso, estamos pedindo a intervenção do Tribunal de Contas.

Precisamos que a sociedade catariense fique ciente, para depois eles não demonstrarem que o Besc sofreu prejuízo e que ele venha a ser contabilizado no próximo ano.

Por isso, estamos ocupando a tribuna para anunciar que vamos apresentar este requerimento para que o Tribunal de Contas faça esse levantamento no Banco do Estado. Por outro lado, lemos e verificamos na imprensa recentemente que o seu diretor financeiro, o Dr. Francisco, encaminhou a venda de cerca de 20 milhões de ações do Besc.

Estamos pedindo um levantamento ao Tribunal de Contas para verificar quanto o Besc vendeu de ações, que tipo de ações, para quem vendeu e qual a perda dos percentuais do acionista majoritário, que é o Estado, porque nós votamos aqui um projeto de lei que se refere ao sistema financeiro, e colocamos uma emenda dizendo que o Estado não poderia fazer negócios de ações com terceiros sem que esta Casa se manifestasse.

Houve o veto por parte do Governo, art. 20, do projeto de lei. E neste mesmo tempo tivemos notícias que foram vendidas 20 milhões em ações do Besc com direito a voto, isto é, ações patrimoniais que não temos certeza qual o tipo. Por isso, estamos fazendo mais esta indagação.

Por fim, nobres Srs. Deputados, estamos encaminhando à Secretaria da Fazenda que faça uma exposição sobre a lei do ICMS, cujo prazo venceu no dia 30, para que o contribuinte possa procurar o Estado e realizar os seus negócios com referência aos tributos atrasados.

Como se sabe, o Governo fez uma grande manifestação pela imprensa, dizendo que o Estado estava amarrado, que a Assembléia Legislativa não possibilitava que o Estado pudesse arrecadar os seus tributos atrasados realizando negociações com os contribuintes devedores.

A Assembléia Legislativa não tomou nenhuma iniciativa. O prazo venceu no dia 30 de outubro.

Na realidade, entendemos que o Estado não estava errado, porque pelas mani-

festações, pela matéria dirigida à imprensa, de página inteira, acusava-se a Assembléia de estar amordaçando o Estado, impossibilitando que o Estado buscasse seus recursos para cumprir seus compromissos constitucionais, especialmente com o pagamento dos funcionários, e como não houve - por parte da Assembléia Legislativa - votação dessa matéria, que é um projeto de lei de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, gostaríamos de saber da Secretaria da Fazenda se agora o Estado está capacitado para cumprir as suas obrigações.

Na realidade, isso precisa vir ao conhecimento público, porque o Estado silenciou - como sempre - sobre a sua arrecadação, não é transparente sobre a arrecadação que vem ocorrendo normalmente, e por isso a Assembléia Legislativa precisa saber quanto arrecadou e se na realidade com essa arrecadação vai cumprir com suas obrigações.

Faço daqui uma indagação à Presidência, ou seja, se o Estado cumpriu com a obrigação de pagamento à Assembléia Legislativa, conforme anunciado que seria pago hoje. Está, então, sendo depositado hoje?!

O Tribunal de Justiça teve que impedir um mandado de segurança para desbloquear a parcela que lhe competia, e as notícias que o Presidente nos deu é que hoje seria depositado o duodécimo da Assembléia Legislativa, e a Constituição determina o seu pagamento no dia 20.

Essas notícias são importantes para que tenhamos transparência sobre o que está ocorrendo. Com relação ao primeiro requerimento, devo registrar que a nossa Bancada ingressou com uma ação popular contra toda a Diretoria do Besc já há algum tempo. Eles já foram citados - e teve contestações - para que a Diretoria do Besc passe a ressarcir o próprio banco com os prejuízos causados com relação à compra das Letras de Alagoas. Essa ação está tramitando e vamos até o fim.

O Deputado Eni Voltolini me mostra a evolução da ação e o movimento do processo: dia 16/10 estava aguardando decurso de prazo referente à carta precatória de Alagoas; dia 10/8, o processo é distribuído por sorteio, portanto, dia 10 de agosto foi distribuído o processo; dia 13, concluso para despacho; dia 18, mandado emitido pelo Sr. Juiz Dr. Volnei Carlin; dia 21/08, vistas ao Ministério Público; dia 24/8, remessa ao Ministério Público. Estando agora aguardando decurso de prazo da carta precatória que foi encaminhada a Alagoas.

Nessa ação a nossa Bancada está pretendendo fazer com que a Diretoria do banco venha a ressarcir o próprio banco, se realmente ele ficar no prejuízo na verificação final, que ocorrerá após a tramitação processual dessa ação popular que está na Justiça. Mas para que tenhamos clareza sobre isso, também estamos encaminhando ao Tribunal de Contas um requerimento solicitando explicações sobre essa operação, já que o banco continua realizando operações com venda de ações.

Era isso o que tinha a dizer. Posteriormente iremos discutir esses requerimentos.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Restam ainda cinco minutos ao PPB. Consultamos a Bancada se tem interesse em fazer uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, dispomos ainda de 25 minutos para o rateio de tempo, cinco minutos para cada Partido, e iniciamos pela Bancada do PMDB.

Consultamos os Deputados do PMDB se desejam utilizar o rateio do tempo por até cinco minutos.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso do rateio, os próximos cinco minutos são destinados ao PT.

Inscrita a Sra. Deputada Ideli Salvatti. Mas na ausência da Deputada Ideli Salvatti, o próximo rateio pertence aos Deputados do PDT.

(Pausa)

Na desistência dos Deputados do PDT, o próximo horário está destinado por mais cinco minutos aos Deputados do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados que queiram fazer uso do rateio, o próximo horário pertence ao PFL.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer o uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Há *quorum* para deliberação.

A Presidência comunica que a Comissão de Justiça apresentou parecer pela rejeição ao Projeto de Lei nº 142/98, de autoria do Sr. Deputado Jorginho Mello, que dispõe sobre a inserção obrigatória de conteúdo programático na disciplina de Educação Física, no ensino fundamental e no ensino médio, da ginástica brasileira intitulada Capoeira.

A Comissão de Justiça apresentou parecer pelo arquivamento ao Projeto de Lei nº 354/97, de autoria do Sr. Deputado Sergio Silva, que dispõe sobre a Corregedoria Ambiental do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, quero apenas solicitar à Presidência, após ouvidas as Lideranças, se seria possível votar esse veto por último, quem sabe se até lá teremos mais Deputados presentes, haja vista que precisa-se *quorum* qualificado. Então, solicito, se possível, que este veto fosse votado por último.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Consultamos as Lideranças de todos os Partidos se concordam.

(As Lideranças aquiescem.)

Portanto, será feita a inversão, ficando a Mensagem nº 3.858/98 para ser discutida e votada por último.

Discussão e votação em segundo turno do substitutivo global aos Projetos de Lei nºs 071/95 e 380/97, de autoria dos Srs. Deputados Gervásio Maciel e Adelor Vieira, que isenta as associações e entidades sem fins lucrativos das taxas de emolumentos.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 122/97, de autoria do Sr. Deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre a assistência do poder público às vítimas de violência e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foram apresentadas as Emendas Modificativas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.

Em discussão o projeto.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 213/98, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no Município de Bocaina do Sul.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 237/98, de procedência governamental, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Fundação do Meio Ambiente.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação e turno único do Projeto de Lei nº 239/98, de procedência governamental, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 279/98, de autoria do Sr. Deputado João Henrique Blasi, que retifica redação da ementa e do art. 1º da Lei nº 10.881, de 10 de agosto de 1998 e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 302/98, de autoria do Sr. Deputado Gilmar Knaesel, que prorroga para 31 de dezembro de 1998 o prazo a que alude os arts. nºs 32, 33 e 34, da Lei nº 10.885, de 10 de agosto de 1998, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1999 e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 307/98, de autoria do Sr. Deputado Júlio Teixeira, que concede título de cidadão benemérito catarinense "Post Mortem" ao Sr. Vilson Pedro Kleinübing.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação do parecer ao Ofício nº 045/98, de procedência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que solicita licença para processar o Deputado Ciro Marcial Roza.

Em votação.

O parecer, de acordo com o Regimento Interno, artigo 283, em letra E, diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Se, da aprovação do parecer, pelo voto secreto da maioria dos membros da Casa, resultar admitida a acusação contra o Deputado, considerar-se-á dada a licença para instauração do processo ou autorizada a formação de culpa, na forma do projeto de resolução proposto pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis;"

Sendo a votação secreta, solicito as providências.

Srs. Deputados, votando "sim" acatam o parecer ao ofício, votando "não" rejeitam o parecer.

O parecer é pela tramitação.

Solicito ao Sr. Primeiro Vice-Presidente que assuma a Presidência para que esta Presidência possa exercer o seu direito de voto.

(Vota o senhor Presidente.)

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Esta Presidência consulta se algum dos senhores Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os senhores Deputados Ivo Konell e Norberto Stroisch para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 25 Srs. Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 9 votos "sim", 14 votos "não" e 2 votos em branco.

Negada a autorização para processar o Deputado Ciro Roza.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 3.858/98, com prazo para apreciação até 13.11.98, versando sobre o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 005/98, que estende aos funcionários públicos estaduais os benefícios do art. 31 da Lei Federal nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente, em nome da Bancada do PMDB, encaminho o nosso posicionamento.

Como se trata de um projeto que resgata um direito do servidor público, de determinado segmento, a nossa manifestação de Bancada é a favor da rejeição do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Esta Presidência registra o encaminhamento da Bancada do PMDB.

O Sr. Deputado Norberto Stroisch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Norberto Stroisch.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Sr. Presidente, acima de tudo vejo com justiça o direito que já é assegurado na esfera federal para determinados segmentos do servidores públicos, então, mais do que nunca, é de justiça estender aos servidores públicos estaduais.

Por isso, mesmo sendo votação secreta, sem dúvida, quero manifestar, em meu nome e em nome da Bancada, que somos favorável à derrubada desse veto.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Sr. Presidente, como autor do projeto, eu não poderia deixar de encaminhar a solicitação no sentido da derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Feitos os encaminhamentos, farei a leitura do parágrafo único do art. nº 203 do Regimento Interno.

A votação versará sobre o projeto ou parte vetada.

Votando "sim", os Deputados rejeitam o veto; votando "não", aceitam o veto.

Solicito ao Sr. Deputado Adelor Vieira que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o Sr. Presidente.)

Solicito ao Sr. Deputado Odacir Zonta que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência pergunta se algum dos Srs. Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestações, damos por encerrada a votação.

Convido os Srs. Deputados Reno Caramori e Idelvino Furlanetto para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 29 Srs. Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Tivemos 24 votos "sim", 4 votos "não" e 1 voto em branco.

Está derrubado o veto.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que requer seja procedida à interrupção da tramitação e consequente retirada do Projeto de Lei nº PL/243.4/95, que dispõe sobre a autonomia didática, administrativa e financeira de escolas cooperativas da extinta Fesc e colégios de 1º e 2º graus da rede pública estadual.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria de diversos Srs. Deputados, dentre eles os Deputados Líderes da Bancada do PT e PMDB, alcançando, portanto, os termos regimentais, com amparo no disposto no art. 124 do Regimento Interno da Casa, que requerem que se submeta ao Plenário desta Casa o pedido de tramitação em regime de urgência, com base nos arts. 148, 149 e 150 do referido Regimento, do Projeto de

Lei nº 0399.3/97, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que cria o Fundo de Crédito Popular do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, apelando no sentido de viabilizar a instalação de um telefone público na comunidade de São Pascoal, no Município de Iriepópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados da Bancada do PPB, encabeçado pelo Sr. Líder da Bancada, com amparo no Regimento Interno da Casa, proposição no sentido de encaminhar ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília a inclusão no Orçamento da União para 1999 de R\$8 milhões de recursos para o início das obras da barragem do Rio São Bento/Siderópolis, Região Sul do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do Sr. Deputado Francisco Küster, a ser enviada ao Presidente do IBAMA, manifestando o seu apoio à implantação do 1º jardim botânico de Santa Catarina a ser instalado em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

(Pausa)

Com a desistência da Sra. Deputada Ideli Salvatti, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 05 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ODACIR ZONTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Luiz Herbst, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Luiz Herbst, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Luiz Herbst) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

OFÍCIOS NºS:

1360/98, do senhor Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando cópia do convênio firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde, visando a adequação da Rede de Frio; 513/98, do Sr. Deputado Federal Edinho Bez, em resposta ao Telefax nº TE/0833/98.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o Deputado Eni Voltolini, a quem concedemos a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, o objeto desta nossa manifestação no horário destinado às Breves Comunicações certamente não é apenas em meu nome pessoal mas, sim, em nome deste Parlamento, em nome dos Deputados da Bancada do meu Partido, no sentido de fazer um registro pesaroso.

Infelizmente Santa Catarina, parece-me, nesses últimos dias e semanas tem muito a falar e fazer sobre isso, ou seja, o desaparecimento do empresário que não era mais de Joinville, que já também nem era mais de Santa Catarina, que já era um empresário nacional, o Sr. Harold Nielson.

A imprensa registrou em várias laudas, páginas, matérias de televisão, a vida pessoal, a construção de um projeto nacional que uma família humilde fez em poucos anos e que trouxe, então, para Santa Catarina a condição de ser e ter uma das maiores empresas produtoras de carrocerias de ônibus de modelo internacional.

Na verdade, temos a tendência, às vezes, de rotular as pessoas pelo Município onde vivem. Achamos, então, quando desaparece, por exemplo, o capitão de uma indústria, como é a Harold Nielson, que ele apenas é al-

guém de Joinville e esquecemos o que representa para Santa Catarina, esquecemos o que isso representa em nível nacional e também a falta que fará, porque é também pelas pessoas que se dinamiza um empreendimento.

Num momento em que tantas empresas às vezes se afastam de Santa Catarina e que, pela fragilidade dos seus comandos, elas começam a perder força e vigor, é preocupante que tenha havido também essa perda.

É lamentável sob todos os aspectos, pelo que ainda poderia Harold Nielson produzir e inovar, porque sem dúvida nenhuma nele repousava toda capacidade inventiva, toda capacidade de inovação tecnológica.

Tive a oportunidade, na semana anterior, de discutir com ele transporte coletivo. Dizia, o Harold, que pouco adiantam os esforços que a empresa hoje está fazendo para produzir ônibus mais modernos e confortáveis se os Governos, tanto em nível Municipal quanto em nível Estadual, não entenderem a importância de criar infraestrutura direcionada para o transporte coletivo.

Dizia, também, ele, nas suas palestras, que o grande pecado das administrações Municipais, que insistem e é correto, é de não entenderem que a pessoa para ser um usuário de um transporte coletivo, Deputado Narcizo Parisotto, ela quer ter também a condição de se sentir prestigiada, de ter o status de ser uma pessoa que usa um transporte de classe, de categoria.

Em muitas vezes, em alguns Municípios, o transporte coletivo não funciona porque relegamos os usuários à condição inadequada, sem abrigos adequados, com horários que não são cumpridos e também sem o conforto interno que é preciso e necessário.

Toda essa preocupação, Deputado Gilson dos Santos, de estimular transporte coletivo - e nós falamos sempre em necessidade de despoluir, de desafogar os centros urbanos, falamos que o transporte de massa, o transporte coletivo é essencial para a vida futura das grandes cidades e das grandes metrópoles - porque é um conjunto de fatores que têm que ser interligados, para que alguém que esteja num abrigo de passageiros aguardando ônibus não seja entendido como uma pessoa que não tenha dinheiro para poder ter um carro próprio mas, sim, uma pessoa que quer ter o conforto de ser transportado de um lugar para outro, para seu trabalho ou para a sua atividade em condições adequadas.

Talvez hoje boa parte das pessoas que ainda não usam esse meio de transporte tenham esse preconceito de ter uma oferta inadequada do transporte coletivo, sem condições, sem o amparo e sem o apoio necessário.

Harold Nielson falava disso. Preocupado com isso, fazia palestras, apresentava sugestões e criava, no âmbito da sua empresa, aquilo que de mais moderno Santa Catarina e o Brasil tinham. Certamente a em-

presa irá continuar. Mas, certamente, a falta de Harold Nielson se fará presente em todas as vezes em que estivermos discutindo modernidade, transporte coletivo, questões ambientais, redução de poluição e desafogo dos centros urbanos.

Por conta disso, tomo a liberdade de, em meu nome pessoal, em nome da Bancada do meu Partido - Partido Progressista Brasileiro - e imagino que em nome dos Srs. Parlamentares desta Assembléia, fazer o registro não apenas pelo desaparecimento desta fase terrena de Harold Nielson, mas também para dizer da importância das contribuições que esse empresário, que estava naquele momento radicado em Joinville, trouxe para Santa Catarina e para o Brasil também.

Por isso, Deputado Olives Santini, vem novamente uma outra preocupação, essa, sim, voltada para a região Norte de Santa Catarina. Refiro-me à questão do transporte. E em Santa Catarina, vez por outra, estamos aqui a discutir segurança de voo, segurança de aeroportos. E lá, embora ainda não haja dados conclusivos a respeito da perícia, parece-nos extremamente estranhas as condições onde esse acidente aconteceu e que tocou a vida de Harold Nielson. E para o aeroporto de Joinville tantas promessas já foram dirigidas, tantos compromissos já foram estabelecidos para ofertar equipamentos de segurança de voo, para permitir que de fato o transporte aéreo seja um transporte cada vez mais seguro e para que possamos usufruir desse meio de transporte como uma maneira de resolução de negócio.

Certamente a nossa região tem que discutir um pouco melhor isso.

Eu encomendei à minha assessoria que buscasse imediatamente informações a respeito de que equipamentos estão atualmente, não apenas colocados, funcionando dentro e nas imediações do aeroporto de Joinville, para que tenhamos a certeza de que de fato eles estão prestando serviço à comunidade que usufrui daquele serviço. Também se faz necessário voltar a discutir a instalação de alguns aeroportos.

Nós ainda imaginamos que os aeroportos tenham que estar no quintal das nossas casas. E nem sempre eles estão localizados corretamente.

A discussão que hoje existe com relação ao aeroporto de Blumenau, com relação ao aeroporto de Navegantes, com relação ao aeroporto de Joinville mostra a fragilidade da localização desses aeroportos. Mas talvez por culpa até nossa, de todos nós, que preferimos muito mais o conforto de uma proximidade física, de uma distância geográfica menor e não tenhamos ainda desencadeado uma luta por aquilo que deveria ser a nossa grande luta - a luta pela segurança. Não a luta pelo conforto, mas a luta pela segurança.

Neste aspecto sempre tem surgido, naquela região, um direcionamento para a instalação de um aeroporto nas proximidades do posto Sinuelo, na BR-101, que fica no Município de Araquari. Mas como o Município de Araquari é um Município pequeno, que não tem, talvez,

uma representatividade política tão forte e não tem uma expressão numérica de habitantes tão grande, fica sendo (o aeroporto tecnicamente correto e localizado com segurança, previsto e idealizado por pessoas que entendem do assunto) sempre postergado, deixado para um ou outro momento, vinculado à sua discussão quando, infelizmente, fatos trágicos ocorrem menosprezando aquilo que deveria ser a primeira preocupação de alguém que usa transporte aéreo, que é a sua segurança.

Volto a dizer que neste mesmo momento, onde lamentamos a perda de Harold Nielson e voltamos a discutir a questão do transporte aéreo, que talvez a nossa Comissão de Transportes desta Casa volte com mais vigor e mais força a tomar este assunto, resgatando a responsabilidade que a Assembléia Legislativa tem com relação a esse item também.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - O próximo horário está destinado ao Deputado Odacir Zonta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, nobres Colegas Parlamentares, funcionárias e funcionários desta Casa e visitantes, ocupo esse espaço para fazer três registros.

O primeiro deles é em relação ao órgão de comunicação ligado à Rede Brasil Sul de Comunicação, num espaço nobre e que tem a atenção dos catarinenses, e hoje esse programa comemora os seus 19 anos, o Jornal do Almoço.

Quero fazer esse registro congratulando-me com a emissora, com todos os jornalistas que têm participado ao longo desses 19 anos desse importante programa e pela repercussão que tem ocorrido em nível da população catarinense e da região em relação aos temas, às notícias, aos debates e às oportunidades que têm sido criadas por esse importante órgão de comunicação, a RBS, através do Jornal do Almoço.

Fica, portanto, o registro das congratulações pela comemoração dos 19 anos desse programa importante chamado Jornal do Almoço.

O segundo registro, não menos importante, queremos fazer no dia do técnico agrícola, que hoje se comemora nacionalmente.

Apresento um requerimento de congratulação à Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina e ao seu sindicato, extensivo a todos os técnicos que compõem realmente essa profissão importante, essa profissão devotada, devido à importância do técnico de curso médio para as ações, para o atendimento e orientação de trabalho voltados à nossa pequena propriedade agrícola.

O técnico agrícola, juntamente com os agrônomos e veterinários, têm sido os baluartes naquilo que é a orientação, a evolução tecnológica, a busca de alternativas para a nossa pequena propriedade agrícola.

Quanto ao trabalho efetivo no campo, ao trabalho de estímulo no campo, quer do profissional de uma forma autônoma, quer principalmente do profissional vinculado à assistência técnica pública, e eu me refiro aí à Epagri, à Secretaria da Agricultura, à Cidasc, às Prefeituras Municipais, que têm utilizado muito os serviços da profissão do técnico agrícola, e à iniciativa privada, a começar pelas cooperativas agropecuárias, as

cooperativas de prestação de serviços e as empresas de fomento do Estado de Santa Catarina, que juntas produzem realmente um trabalho significativo.

A importância do técnico agrícola neste contexto está caracterizada na evolução que houve no Estado de Santa Catarina, como disse, com um trabalho que tem a participação dos técnicos em agronomia, em veterinária e em zootecnia também. Mas hoje especialmente queremos reconhecer aqui, em nome da Frente Parlamentar do Cooperativismo e em nosso nome - por conhecer, por ser testemunho da importância dessa profissão -, o técnico agrícola como baluarte nos trabalhos do desenvolvimento tecnológico e na orientação ao nosso agricultor catarinense, desejando que tenham todos os técnicos agrícolas o espaço necessário; que tenham as escolas voltadas para o ensino de formação do técnico agrícola.

Realmente, é a oportunidade de continuar oferecendo conhecimento, preparando cada vez mais o filho do agricultor, o próprio agricultor, porque independe da idade para estar nos bancos escolares. E em Santa Catarina, graças a Deus, temos os melhores modelos de escola de ensino médio voltadas a ciências agrárias, formando os técnicos e colocando-os à disposição da nossa população, da nossa agricultura e pecuária.

Esse é o registro que gostaria de fazer também nesta oportunidade, junto com os cumprimentos a toda a classe dos técnicos agrícolas do Estado de Santa Catarina.

Quanto ao terceiro registro que quero fazer aqui, é sobre o encontro dos suinocultores catarinenses, que vamos ter na segunda-feira, às 14h, em Seara, onde estarão reunidas as entidades que congregam a suinocultura catarinense, os políticos de todas as facções. E aqui tomo a liberdade de fazer o convite aos quarenta Srs. Parlamentares que compõem esta Casa para estarem presentes, às entidades de classe, aos sindicatos, às cooperativas e aos produtores.

A nossa suinocultura efetivamente passa por um momento difícil e o descumprimento de um acordo feito com a Casa Civil da Presidência da República, com o BNDES, com o próprio Ministro da Agricultura e por que não dizer com os órgãos financiadores - e aí inclui o BRDE - levam a ter que reunir os agricultores e suinocultores para buscar a pressão para o cumprimento de um acordo.

Vamos tratar nessa segunda-feira da questão dos financiamentos, Deputado Eni Voltolini, que foram buscados há três para a superação do problema dos dejetos suínos. E vejo que o recurso que foi oferecido ao agricultor para buscar a superação do problema é o recurso TJLP a mais 6% ao ano.

Está custando de 17 a 18% ao ano um financiamento para superar um problema ambiental, porque o agricultor, sim, tem a responsabilidade, mas o Governo também tem muita responsabilidade nisso, porque para o meio ambiente é necessário colocar recursos financeiros, senão, não tem como o nosso agricultor participar.

Vejam que se fossem, esses recursos, ainda voltados para a atividade, poderíamos dizer que teríamos que aumentar a eficiência, mas a grande quantidade desses recursos foi destinada a superar os problemas de dejetos suínos, a cumprir com a determinação legal da Fatma, do Ibama, dos órgãos ambientais, até porque há necessidade de se superar esse gravíssimo problema que temos no Oeste.

O agricultor aceitou o desafio, foi buscar o dinheiro, pagou as altas taxas que

comprometem o custo de qualquer projeto - e não só para o problema dos dejetos, como também para se instalar hoje uma pocilga precisa-se de licença prévia do CREA, de licença prévia da Fatma, de licença do Ibama, precisa-se de licença daqui e dali, vira tudo em licença. É um amontoado de órgãos que estão comendo o dinheiro do agricultor, e na realidade nenhuma assistência efetiva é dada, nenhuma orientação é dada, e fica o agricultor onerando a sua produção.

Foi acertado no encontro ocorrido em Chapecó, no mês de junho, que haveria uma prorrogação desses financiamentos, inicialmente para um prazo de um ano, para dentro desse um ano buscar o cumprimento do programa de revitalização da suinocultura.

Esse projeto foi entregue ao Sr. Ministro da Agricultura, no mês de setembro, em Concórdia, na Embrapa, mas até agora não há uma definição. E o órgão financiador - o BRDE, o BNDS - está executando o nosso suinocultor ou exigindo que deixe cheque em substituição ao contrato, o que é lamentável e o que não dá para admitir. Nenhum agricultor quer deixar de pagar o seu financiamento, mas quer oportunidade para pagar.

Nós temos que rever as taxas de juros, os custos de correção, porque não se admite isso. E é neste sentido que vamos discutir uma forma de pressão política junto ao Governo Federal, junto à Casa Civil da Presidência da República, junto ao Ministério da Agricultura e junto ao BNDS.

Por isso o registro desse importante encontro que vamos ter em Seara, na próxima segunda-feira, reunindo os suinocultores e entidades de todo o Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Esta Presidência convida o Sr. Deputado Odacir Zonta para presidir a presente sessão, enquanto este Deputado fará uso do tempo restante em Breves Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o Sr. Deputado Adelor Vieira por oito minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero trazer a este Plenário mais uma vez a minha preocupação em relação ao Decreto nº 2.797, da Presidência da República, que transfere a Delegacia do Patrimônio da União do nosso Estado para o Estado do Paraná, fato este ocorrido no dia 8 de outubro próximo findo.

Essa preocupação toma corpo no momento em que Santa Catarina mais uma vez é preterida. Aqui estiveram reunidos, na última sexta-feira, Parlamentares, membros do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília. Infelizmente não pudemos estar presente em função de outro compromisso assumido no Extremo Oeste, ou seja, no encontro dos Parlamentares do Estado de Santa Catarina e da Província de Misiones, mas eu quero fazer referência neste momento a este ato que nos preocupa muito.

Essa preocupação não é somente minha, mas é também de muitos Parlamentares desta Casa, principalmente daqueles que têm a posse de terras que pertencem à União. Quantas vezes já questionamos aqui o porquê de Santa Catarina sofrer tanto prejuízo não só na área social, na área econômica, como também na interferência do Estado em causas vitais como esta. Já perdemos tanta coisa no Estado de Santa Catarina, que seria até difícil numerá-las de memória neste momento.

Mas eu pergunto: até quando isto vai continuar? Ainda não conseguimos responder essa pergunta, e creio que nem o Governo Federal conseguiria responder, porque nos consta que existem intenções de outras transferências com a justificativa de economia, de compactação de órgãos, de enxugamento da máquina e assim por diante.

Se nós considerarmos, no caso específico da Delegacia do SPU, a justificativa e a argumentação para o decreto, veremos que não convence ninguém. Senão, vejamos: Santa Catarina, por exemplo, dispõe de uma costa marítima bem mais extensa do que a do Paraná, também tem em seus cadastros 25 mil imóveis registrados, enquanto que o Estado vizinho tem em torno de sete mil. Santa Catarina ainda é responsável pela geração de uma receita tributária que o coloca em 4º lugar entre os Estados brasileiros, enquanto que o Paraná se encontra em 10º lugar.

Uma reavaliação no dispositivo se faz necessária, e mostra-se também como uma medida acertada, coerente e coberta de justiça, principalmente para o povo de Santa Catarina.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou apresentando uma moção ao Sr. Presidente da República, com cópia ao Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília.

Esta moção manifesta o nosso protesto e enfatiza a necessidade de uma revisão, por parte da Presidência da República, no dispositivo do Decreto nº 2.797, de 8 de outubro de 1998.

É lamentável que ainda existam pessoas que queiram defender a transferência desses órgãos públicos para o Estado do Paraná. Já perdemos muito, há necessidade de mostrarmos o nosso descontentamento, a contrariedade ao que já foi definido. Não podemos nos calar.

Por isso, venho nesta data apresentar uma moção (se os Deputados desejarem, podem também subscrever) que, além de manifestar o protesto da Assembléia Legislativa de Santa Catarina quanto à iniciativa, vem solicitar à Presidência da República uma reavaliação no dispositivo que permitiu a transferência da Delegacia do SPU do Estado de Santa Catarina para o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Esta Presidência gostaria de fazer o registro da presença honrosa dos alunos do Colégio Coração de Jesus, de Florianópolis, e dos alunos do Colégio João Hassmann, da cidade de Brusque.

Alunos e professores aqui presentes, sejam bem-vindos a esta Casa!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros nove minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores. Com a palavra o Sr. Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, recebemos um ofício da Cooperativa de Crédito de Itapiranga, assim como todos os demais Parlamentares, solicitando a retirada da TJLP, a Taxa de Juros a Longo Prazo.

É claro que este tema tem que ser tratado em nível nacional, com o Conselho Monetário Nacional, com os Conselhos das Secretarias da Fazenda de todos os Estados brasileiros.

Porém, eu quero trazer um pouco do sentimento do Presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Itapiranga, José Adalberto Michel, que, juntamente com os demais diretores, retrata a sua preocupação com relação ao endividamento, ao desmonte da agricultura, aos preços, aos juros altos, à TJLP.

O Deputado Odacir Zonta colocou há pouco que os próprios criadores de suínos estarão se reunindo na próxima segunda-feira em Seara, para tratar, além do endividamento da suinocultura, do endividamento na produção de leite, na produção de grão e na avicultura, enfim, tudo que envolve a TJLP!

O pedido da Direção da Cooperativa de Crédito é para que os Deputados retirem essa taxa. É claro que nós, como Presidente da Comissão de Agricultura, vamos fazer esse encaminhamento juntamente com o Deputado Odacir Zonta, que representa aqui o movimento cooperativista. Precisamos nos articular com a Câmara Federal para encaminhar esse pedido.

Esse sentimento é geral, é de todas as cooperativas, de todos os agricultores que acreditaram, que investiram, mas que diante do próprio custo de produção elevado estão impedidos de continuar produzindo. O desânimo é muito grande, ainda mais com as condições climáticas, com o fenômeno El Niño. Em 1998 tivemos muito granizo, excesso de chuva e de estiagem.

Então, tudo isso contribuiu para a diminuição da produção e para elevar o custo. Em muitos casos, nem mais produção tem. Ontem, uma chuva de granizo no Sul do Estado e na região de Taió destruiu totalmente o plantio do fumo. Nós vivemos essa situação: sem seguro agrícola, com juros altos, mais TJLP, que complementa o excesso no custo de produção.

Todos esses fatores prejudicam os agricultores, que estão preocupados em produzir alimentos, em melhorar o nível de vida. Então, o pedido da Cooperativa de Crédito é para que seja retirada a TJLP.

Eu acredito que todos os Deputados vão ser unânimes em que se tire a TJLP. Esta mobilização deve ser, Deputado Francisco Küster, encaminhada em nível nacional, envolvendo o próprio Conselho dos Secretários da Fazenda, juntamente com o Conselho Monetário Nacional, articulado com o Ministro da Agricultura, porque o tema é a agricultura. Que se tire a TJLP dos juros agrícolas!

Neste ano, houve uma diminuição nos juros do Pronaf com relação ao ano passado, que foi de 6,5% ao ano mais a TJLP. Este ano é 5,75%. Houve uma diminuição nos juros, mas com a inflação do ano passado, numa média de 7% ao ano, o juro era de 6,5%. Neste ano de 1998, com a inflação numa média de 2% ao ano, o juro é de 5,75%, muito alto em relação a 1997.

Então, este é um tema que nós devemos abraçar. Temos que nos mobilizar a partir dele, fazer com que os nossos Ministros entendam.

Esta mobilização o Deputado Odacir Zonta já levou ao conhecimento desta Casa.

Na segunda-feira, mantive contato com o Presidente do Sindicato Rural de Xanxerê, que também faz parte da Federação da Agricultura de Santa Catarina - Faesc -, que está promovendo uma reunião com os suinocultores. E a situação dos suinocultores em Santa Catarina não é diferente da situação dos agricultores. As taxas de juro a longo prazo endividou os agricultores. Se observarmos, em 1997 era de 6,5%; em 1996 o juro era de 11 a 12% ao ano; em 1995 era de 17% ao ano e em 1994 era mais de 20% ao ano mais a TJLP.

Então, todo esse volume é que complementa os juros dos financiamentos agrícolas, comprometendo o crescimento, o desenvolvimento do agricultor. Ele acreditou e investiu na suinocultura, buscou dinheiro no BNDS, através do próprio Badesc, mas está hoje desacreditado, desmotivado, desanimado.

Eu gostaria de levar ao conhecimento de todos os colegas Parlamentares a preocupação da Cooperativa de Crédito de Itapiranga, o seu sentimento. Diante dessa situação, o êxodo rural de 1998 para 1999 poderá se generalizar, esta é a nossa preocupação.

Na segunda-feira, estarei em Seara, a convite do Sindicato das Cooperativas, para uma reunião com todos os suinocultores do Oeste, quando será tratado o endividamento agrícola, como já falei várias vezes neste recinto, de 1.300 bilhões.

O que fazer diante da situação colocada, dos endividamentos, do prejuízo, das dívidas dos agricultores, quando o próprio Ministro da Agricultura não acata os seus pedidos?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PPB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra aos Deputados do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Pedro Bittencourt, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Sr. Presidente desta sessão, Deputado Adelor Vieira, Srs. Deputados, Srs. servidores, Srs. da imprensa, ao utilizar o horário destinado ao Partido da Frente Liberal nesta sessão de quinta-feira, faço-o com o intuito e com o desejo de deixar registrado nos Anais desta Casa a manifestação do nosso Partido com relação à posse ocorrida na última terça-feira, dia 3 passado, do médico pediatra Geraldo Althoff, que, na condição de primeiro suplente eleito em 1994 na chapa liderada pelo Senador Vilson Kleinübing, foi convocado a assumir a cadeira ocupada até então pelo Senador no Senado da República.

Quis o destino, nos desígnios de Deus, que o Senador Vilson Kleinübing não completasse o mandato que lhe foi outorgado pelo povo de Santa Catarina nas urnas de 1994. E o médico, o cidadão, companheiro correligionário Geraldo Althoff, Presidente do Diretório Municipal do PFL de Tubarão, Coordenador Regional do Partido também na região do Vale do Rio Tubarão, convocado, assumiu a sua cadeira agora no Senado, no último dia 3.

Ao prestar o seu juramento, ao iniciar a sua caminhada na substituição de Vilson Kleinübing no Senado da República, entendeu que o primeiro compromisso que deveria firmar com a gente de Santa Catarina e com a Federação brasileira era o de dar continuidade ao trabalho brilhante que vinha sendo feito pelo Senador Vilson Kleinübing, em

especial, os estudos vinculados à área econômica e, de uma maneira muito forte, as questões do déficit público, grave crise que mais uma vez este País enfrenta.

Tenho, por conhecê-lo, por saber da sua capacidade, da sua competência, da sua honradez e da sua lisura, a convicção de que nosso Estado e, em especial, o nosso Partido continuarão bem representados no Senado da República.

Não tenho dúvidas de que Geraldo Althoff também reforçará em muito a representação do Sul de Santa Catarina.

A voz atuante, equilibrada de Geraldo Althoff, por certo, vai permitir que o Município de Tubarão, que a região da Amurel, que o Sul do Estado tenha, preferencialmente, prioritariamente, a atenção do novo Senador. Mas, como ele afirmou após a sua posse, não pode e nem deverá ser Senador de uma cidade ou de uma região do nosso Estado. Ele é, sim, e vai ser, durante o período ainda do seu mandato no Senado de República, e deverá ocorrer por a toda legislatura seguinte, Senador de Santa Catarina.

Por isso, tendo passado um momento de tristeza e de dor, há um misto de alegria no PFL ao ver a posse de Geraldo Althoff.

O PFL, através da sua direção estadual em nosso Estado, através da Liderança nesta Casa, do Deputado Norberto Stroisch, que me permitiu utilizar o tempo destinado à Bancada nesta sessão, deseja apresentar a esta Casa um requerimento que leva ao novo Senador Geraldo Althoff a solidariedade, a palavra de incentivo e o desejo de ficar ao seu lado no trabalho parlamentar e legislativo que ora inicia.

O Sr. Deputado Miguel Ximenes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Ouço V.Exa., Deputado Miguel Ximenes, que tem base eleitoral no Município de Tubarão, que também conhece bem o Dr. Geraldo Althoff.

O Sr. Deputado Miguel Ximenes - Deputado Pedro Bittencourt, nós gostaríamos, inicialmente, de solicitar a autorização de V.Exa. para subscrever este requerimento, que é de justiça para com um cidadão da maior envergadura moral, ética de Santa Catarina.

Nós, que convivemos com Geraldo Althoff desde a infância, sabemos de todos os seus valores. Certamente Santa Catarina vai ter motivos para se orgulhar do seu trabalho, da sua dedicação, de todo o empenho que fará para bem representar o nosso Estado, motivo de grande ufanismo para nós, de Tubarão, em particular.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Eu incorporo ao meu pronunciamento as manifestações de V.Exa., Deputado Miguel Ximenes.

É com prazer que acolho a solicitação de V.Exa. para subscrever o documento que pretendemos encaminhar, com a aprovação desta Casa, ao Senador Geraldo Althoff.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Ouço também o Líder do PPB, Deputado Gilson dos Santos.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado Pedro Bittencourt, é difícil substituir o Senador Vilson Kleinübing, que tinha um trabalho realmente digno dos maiores elogios, mas, além de pedir a V.Exa. autorização para subscrever o seu

requerimento, quero desejar, em nome da Bancada do PPB, ao Senador Geraldo Althoff, sucesso absoluto. Que ele tenha a sua capacidade totalmente empregada, objetivando a melhoria da situação nacional e, em especial, de Santa Catarina, que necessita muito de um trabalho conjunto, um trabalho harmonioso neste momento de dificuldade.

Então, gostaria de me congratular com V.Exa., desejando ao Senador Geraldo Althoff felicidades. Que o nosso Estado seja cada vez mais bem representado no Senado da República.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Deputado Gilson dos Santos, agradeço as manifestações de V.Exa., em nome da Bancada do PPB e em meu nome pessoal, ao meu pronunciamento.

Também gostaria de dizer que acato com muito prazer a solicitação de V.Exa. para subscrever o requerimento.

Eram estas as manifestações, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que gostaríamos de deixar, pedindo, mais uma vez, ao Plenário desta Casa a aprovação do citado requerimento de congratulações ao Senador Geraldo Althoff, desejando êxito no seu trabalho, na tarefa tão nobre de bem representar Santa Catarina no Senado da República.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Gelson Sorgato, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, Sra. Deputada Ideli Salvatti e Srs. Deputados, o nosso pronunciamento hoje será sobre a discussão de dois assuntos em pauta.

O primeiro assunto que nos leva à tribuna, Srs. Deputados, é para parabenizar e encaminhar um documento, aprovado por esta Casa, à direção da Rádio Vanguarda FM, do Município de Xaxim, que hoje completa oito anos.

A Rádio Vanguarda FM, que se instalou no Município de Xaxim, chega a atingir mais de 90 municípios da região Oeste de Santa Catarina, inclusive alguns Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com uma boa audiência.

Queremos desejar aos fundadores, à direção e funcionários e à comunidade oestina muito sucesso. Que essa rádio continue levando informações para o bem da nossa região.

O segundo assunto que nos traz à tribuna, Srs. Deputados, é a reunião que deverá acontecer em Seara, na próxima segunda-feira.

Sabemos que quando o BNDES deu empréstimo aos agricultores para construir esterqueiras, que faz com que os dejetos de suínos não mais poluam nossas águas, nossos rios, nossas fontes, nossa riqueza natural, o prazo foi curto. Empréstou em torno de 100 milhões para 1.600 agricultores do Estado de Santa Catarina.

Alguns agricultores, não obtendo 100% do financiamento, retiraram seus recursos para fazer as esterqueiras, visto a exigência do Ibama, da Fatma e de órgãos particulares que fazem a fiscalização.

Hoje, Srs. Deputados, eles têm que buscar soluções em reuniões com as cooperativas Alfa, Aurora, no Oeste catarinense, aproveitando a presença de

representantes da Presidência da República. E foi discutido com os Prefeitos, na Epagri de Chapecó, que seria encaminhado um projeto para a solução desse problema.

E hoje vem se agravando esta situação, por isso haverá uma mobilização do sindicato dos agricultores, dos produtores. Essa conta não dá lucro para o suinocultor, foi uma despesa que teria que ter sido financiada a longo prazo, com taxas de juro e com a TJLP também reduzida - ou, quem sabe, até uma taxa zero -, para que isso fosse implementado.

O produtor rural foi buscar esse dinheiro e agora está nessa inadimplência, não conseguindo pagar a sua conta. E o Governo vem levando isso de barriga, bem como a securitização das dívidas dos nossos agricultores.

O Conselho Monetário Nacional, através de um decreto, vem regulamentar o alongamento das dívidas dos agricultores. Isso está sendo coordenado, no Ministério da Fazenda, por Geraldo Fontelli.

Também nesta Casa, na Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, foi assinado por todos os Parlamentares um documento para que isso seja solucionado o mais rápido possível, e na próxima segunda-feira nós deveremos encaminhar esse documento.

Temos conhecimento de que a dívida vencida ou a vencer será prorrogada para o último prazo dessa conta. Quem fez em oito anos, poderá jogar para nove anos o vencimento dessa dívida, mas quem já fez o alongamento para dez anos, no último ano pagará duas parcelas e não pagará a primeira parcela que está vencendo neste ano.

Com isso vão dar um fôlego aos produtores, mesmo que lá para a frente, na última parcela, o produtor tenha novos desdobramentos. Mas precisamos socorrer, neste momento, os produtores que não conseguem pagar com o lucro da sua lavoura essa conta exorbitante, com taxas de juro muito altas.

Hoje, o custo no Brasil para se preparar uma lavoura não pode ser comparado ao do Uruguai, ao da Argentina, porque aqui o custo é muito maior, em torno de 35 a 40% a mais, por causa do preço dos insumos. E ainda com uma taxa de juros elevada, como é que o nosso agricultor vai poder competir no mercado produzindo alimentos?!

Nós ficamos discutindo sempre com uma produção em torno de 80 milhões de toneladas de grãos, e não saímos desse patamar, sendo que 80 ou 90% da produção são de alimentos para os nossos suínos, nossas aves, nossos animais.

Nós precisamos modernizar a produção e aumentar a produtividade. Outro dia, aconteceu uma discussão no plenário em torno do projeto que aborda o uso de agrotóxicos. Nós temos que atuar, e através desta Casa, através do Presidente da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, o Deputado Idelvino Furlanetto, encaminhamos um documento, subscrito por todos os Parlamentares, ao Conselho Monetário Nacional no sentido de apressar a securitização das dívidas dos agricultores, exercendo, assim, a nossa função, a nossa pressão também para auxiliar os produtores de Santa Catarina e do Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estaremos, se possível, em Seara, eis que estarão lá os sindicatos dos produtores, os sindicatos rurais, os suinocultores - e deveriam estar presente as nossas empresas ou as nossas agroindústrias, para ver o descontentamento daqueles suinocultores com os quais eles tem integração.

Por quê? Porque se nós tivermos que fazer a rolagem da dívida - e quem sabe a agroindústria venha ser a avalista - ou pagar o BNDS em troca de tantos quilos de suínos anualmente para quitar essa conta, a agroindústria é a beneficiada, pois sua integração com o nosso suinocultor faz com que este utilize toda a sua produção. O suinocultor é simplesmente um funcionário da agroindústria.

Nós precisamos que a agroindústria sinta, seja parceira, motive o nosso suinocultor para ele fazer instalações, colocar seu chiqueirão, aumentar sua produção. Se não tem a parceria das agroindústrias, na hora que os problemas chegam ele tem que discutir sozinho com o banco. Se a agroindústria é avalista, se está nesse processo, ela pode receber anualmente "x" quilos de suínos para abater e fazer um alongamento da dívida revedendo os juros.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Deputado Gelson Sorgato, V.Exa. coloca muito bem essa preocupação.

Na segunda-feira, nós podemos redigir junto com os suinocultores este encaminhamento da Comissão de Agricultura, com a presença também do Deputado Odacir Zonta, até repensando a forma como está sendo conduzida toda essa dívida.

Eu estava agora mesmo comentando com o Deputado Luiz Herbst que, em 86, mobilizamo-nos e pedimos a anistia dos juros dos financiamentos agrícolas que foram feitos durante o Plano Cruzado, que foi de 86 a 88.

Naquelas mobilizações, a Cooperalfa e a Cooperativa de São Miguel d'Oeste participaram conosco (eu era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais), e conseguimos convencer o próprio Conselho Monetário Nacional de conceder anistia dos juros dos créditos agrícolas, que se transformaram numa bola de neve.

A TJLP foi implantada em 94 com o Plano Real, e em 94, 95, 96, 97 e 98 - e aí a securitização - foi anexado todo o volume desse peso da TJLP mais o juro, foi gerado um peso muito grande no volume da dívida.

Então, dentro da visão de se prorrogar os financiamentos, é um debate que podíamos desenvolver junto com os suinocultores. É claro que vamos continuar trabalhando para a prorrogação, mas é um tema até para desenvolver, debater.

Nós devíamos ter pedido anistia dos juros durante o Plano Real, de 94 a 97. Como os juros baixaram em 98, nós deixaríamos fora o ano de 98. Mas a partir da implantação do Plano Real, pediríamos anistia para todos os créditos agrícolas, que, além de terem sido acoplados à TJLP, receberam juros. E os preços, eles mantiveram de estáveis para baixo.

Sr. Deputado, o custo da produção, do combustível e dos insumos aumentou; consequentemente, também aumentaram os investimentos na suinocultura.

Assim sendo, sugiro aos Deputados que, num debate, compreendendo a situação, exponham seus pontos de vista no sentido de identificar o valor exato dos juros. Esta é uma proposta, e é claro que depende de um debate muito grande, porque envolve não só Santa Catarina, mas outros Estados. E esse debate tem que ser feito com o Conselho Monetário Nacional.

O custo do suíno para a produção é de R\$0,78, e ele está a R\$0,80 o quilo, em alguns casos até menos do que isso. Inclusive, na semana passada, um agricultor vendeu 56 cabeças de suínos com um lucro, sem contar a mão-de-obra dele e da família, de R\$600,00.

É claro, tem toda a questão da produtividade, da quantidade, enfim, tem toda uma avaliação em cima disso, mas o prejuízo está aí.

O SR. DEPUTADO GERSON SORGATO - Na verdade, na securitização das dívidas o que se fez não foi tirar a gordura dos juros que estavam embutidos na conta do agricultor, só foi feito o alongamento da dívida, que foi parcelada em dez anos.

Temos que rever, na verdade, as taxas de juros embutidas na conta do nosso agricultor. Com esse novo pacote, há economistas colocando, e eu li no Diário Catarinense que haverá uma regressão de 2.34% no setor agropecuário.

Então, teremos uma regressão desse percentual em nível de Brasil. Já que o setor primário mantém o Plano Real, é ele que vem bancando para que o nosso cidadão, o nosso operário, a nossa dona-de-casa consiga comer com um custo menor. E se não protegermos o setor primário, para que tenha um custo menor na produção da lavoura, com certeza esse novo pacote vai gerar no campo muito mais desemprego.

Não sei se esta é a política para que o País continue o seu desenvolvimento, para que seja um País industrializado. Assim sendo, nós vamos vender tecnologia, outros sistemas de informações, de ciências e vamos comprar os alimentos. Mas numa hora de dificuldade, vamos sentir isso na carne, pois não teremos as pessoas no campo produzindo alimentos por não termos uma política agrícola definida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do rateio entre os Partidos Políticos, os próximos cinco minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna para fazer dois registros. O primeiro, com relação ao decreto assinado pelo Governador no dia 28 de outubro, que concede, finalmente, o vale-alimentação para todos os servidores da administração direta do nosso Estado.

Esta Casa aprovou lei de minha autoria concedendo o vale-alimentação, o Governador vetou mas derrubamos o veto. Nós tentamos negociar a implantação do vale-alimentação durante um bom período; infelizmente, o Governador recorreu ao Supremo Tribunal Federal e conseguiu uma liminar suspendendo a aplicação da lei.

E hoje trago aqui a cópia do decreto, que é exatamente uma cópia da lei que aprovamos aqui na Casa. Ele levou bastante tempo para chegar à conclusão de que era uma questão de justiça o vale-alimentação para os servidores, só que, fazendo os cálculos, uma vez que o vale-alimentação é válido a partir de outubro e os salários estão atrasados há dois meses, quem vai acabar pagando a conta do vale-alimentação provavelmente vai ser o próximo Governo. Mas, de qualquer maneira, temos que saudar como uma luta vitoriosa a concessão do vale-alimentação para todos os servidores da administração direta do nosso Estado.

O outro motivo que me traz à tribuna diz respeito à pena de três anos de inelegibilidade para o Governador Paulo Afonso. A representação foi feita pela Coligação Mais Santa Catarina, e o nosso Tribunal Eleitoral, entendendo que tinha fundamento, aplicou a pena de três anos de inelegibilidade para o Governador Paulo Afonso por abuso de poder econômico na campanha eleitoral.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, três anos de inelegibilidade vai trazer que tipo de prejuízo ao Paulo Afonso? Ou alguém imagina que ele pretende se candidatar a uma vaga de Prefeito, Vereador nas próximas eleições? Obviamente que não. Portanto, três anos é a mesma coisa que não dar pena nenhuma, ou seja, vai ficar inelegível durante o período em que ele provavelmente não vai ter nenhuma disponibilidade de concorrer a uma eleição.

Com relação ao abuso do poder econômico, não foi só o Paulo Afonso que cometeu nesta campanha. É uma pena que do PFL só esteja o Deputado Norberto Stroisch aqui presente, porque a campanha do Sr. Paulinho Bornhausen foi, para mim, uma síntese de abuso do poder econômico. Ele tinha mais propaganda do que muitos candidatos a Governo do Estado, tinha *outdoors* em todas as cidades, tinha cabos eleitorais. Inclusive, muitas pessoas que têm o hábito de pagar cabos eleitorais comentavam que ele estava inflacionado esse mercado. Cerca de R\$10 mil, R\$12 mil era o que se pagava para se ter um cabo eleitoral em determinados Municípios.

Então, eu fico me perguntando: abuso de poder econômico só para o Deputado Paulo Afonso? Eu acho que precisaríamos fazer uma discussão muito séria sobre estas questões, e para que não passássemos por hipócritas nem cínicos, que pudéssemos ter decisões de inelegibilidade por poder econômico em cima de outras candidaturas também.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do rateio entre os Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSDB presentes, os próximos minutos são destinados ao PPB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PPB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Norberto Stroisch, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, catarinenses presentes neste recinto, como Líder da Bancada do PFL nesta Casa não poderia deixar de fazer uso da palavra para registrar a posse do médico Geraldo Althoff a uma cadeira no Senado Federal nesta semana.

Quis o destino, como já se manifestou o Deputado Pedro Bittencourt, Presidente do PFL de Santa Catarina, que o Dr. Geraldo Althoff, pelo passamento do eminente ex-Governador e Senador Vilson Kleinübing, passasse a ocupar a partir desta semana, pelos próximos quatro anos, a representação de uma cadeira no Senado Federal, buscando, acima de tudo, trabalhar pelos interesses do Estado catarinense.

Faço este registro também no sentido de comunicar que já encaminhamos à Mesa Diretora um requerimento, subscrito pela Bancada do PFL com assento nesta Casa, parabenizando o eminente Senador Gerado Althoff pela sua posse e desejando que possa cumprir sua missão como Senador da República, representando os interesses de Santa Catarina.

Quero aproveitar os três minutos que me restam para registrar a nossa preocupação com relação a algumas iniciativas que estão sendo tomadas pelo Governo Federal quanto à extinção e transferência para outras Unidades da

Federação de órgãos da esfera federal instalados já há muitos anos em nosso Estado.

Tive a oportunidade de participar, nesta semana, do Fórum Parlamentar Catarinense, com a presença do Governador eleito Esperidião Amin, com a presença da grande maioria da Bancada Federal catarinense, e lá ouvimos a preocupação dos técnicos, dos dirigentes dos órgãos federais instalados em nosso Estado, devido ao grande transtorno que acontecerá se for dado prosseguimento a essa iniciativa já adotada pelo Governo Federal, através de seus Ministérios, quanto à extinção e transferência, principalmente, para o Paraná e Rio Grande do Sul, de representações dos Ministérios instaladas em nosso Estado.

Entendo que deve haver um esforço de todos os segmentos, de todas as representações políticas de nosso Estado no sentido de sensibilizar o Governo Federal para que estanque essa iniciativa que já foi, infelizmente, adotada para o Serviço do Patrimônio da União - SPU.

Essa "economia" pretendente pelo Governo Federal, tenho certeza, pela mão-de-obra, pelo trabalho, pelo deslocamento daquelas pessoas, daqueles catarinenses, que irão buscar a solução dos problemas em órgãos instalados em outras Unidades da Federação, vai se traduzir em gastos ainda maiores.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendo que deva ser tomada a iniciativa também pelo Legislativo de Santa Catarina, através de uma moção, de um requerimento, enfim, de um grande manifesto endereçado às nossas autoridades federais, para que não aconteça, mais uma vez, discriminação ou prejuízo em relação ao nosso Estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do rateio, os próximos cinco minutos são destinados ao PMDB.

Consultamos a Bancada para saber quem fará uso da palavra.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Srs. Deputados Onofre Santo Agostini, Carlito Meres e Afonso Spaniol.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Executivo de telejornalismo da RBS/TV, cumprimentando-o pelo transcurso dos 19 anos do Jornal do Almoço.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo transcurso da data de 5 de novembro, Dia do Técnico Agrícola.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção da Rádio Vanguarda FM, do Município de Xaxim, cumprimentando-a pela passagem do 8º aniversário de prestação de serviços.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Eni Voltolini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Sra. Rosita Nielson e família, manifestando profundo pesar pelo falecimento do empresário Harold Nielson.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Norberto Stroisch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Senador Geraldo Althoff, cumprimentando-o pela posse como Senador da República.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Lício Silveira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina - Sintagri -, ao Presidente da Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina - Atasc - e ao Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Agrícolas - Fenata -, cumprimentando todos os profissionais técnicos agrícolas pela passagem do seu dia.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, pedindo a realização de uma auditoria no Banco do Estado de Santa Catarina a fim de esclarecer a aquisição de Títulos Públicos do Estado de Alagoas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, propondo a realização de uma auditoria no Banco do Estado de Santa Catarina a fim de esclarecer a venda de ações do Banco no período de 1995 a 1998.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Francisco Küster, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao engenheiro-chefe do 16º Distrito Rodoviário Federal, solicitando, no menor prazo possível, a realização de obras de modificação do trevo de acesso à Vila Januária, conhecido por Trevo do Japonês, na rodovia BR-101, Município de Sombrio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão: Requerimentos nºs: 530, 531, 532 e 534; 535, da Bancada do PMDB; 536, do Deputado Afonso Spaniol; 537 e 538, do Deputado Neodi Saretta; 541, do Deputado Odacir Zonta; 543, do Deputado Francisco Küster; e Moção de nº 1.297, do Deputado Adelor Vieira.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 644/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução DP nº DP nº 035/98, FIXAR, em US\$2.997,00 (dois mil, novecentos e noventa e sete dólares), o valor global das diárias concedidas ao Senhor Deputado IDELVINO FURLANETTO, onde, no período de 14 a 29 de novembro do corrente ano, com a finalidade de representar a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, fazendo parte da missão de conhecimento de novas tecnologias na atividade agrícola, a convite da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC, em Israel.

Palácio Barriga-Verde, em 12/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 645/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, ARMANDO L. CARVALHO AGOSTINI, matrícula nº 1901, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/98 (Deputado Onofre Santo Agostini).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 646/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, CARLOS JOSE MORTARI, matrícula nº 2686, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/98 (Deputado Onofre Santo Agostini).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 647/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, JAIME TELES, matrícula nº 3159, do cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/98 (Liderança do PSDB).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 648/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR CLOE APARECIDA MARTINS AMBROSI, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/98 (Liderança do PSDB).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 649/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR a aquisição de 25 (vinte e cinco) medalhas em cristal, com impressão do brasão do Estado de Santa Catarina colorido e 25 (vinte e cinco) discos em cristal com o mapa do Estado, que serão oferecidos a autoridades quando em visita a este Poder Legislativo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução, correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo, Item 3132.00.18.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25/05/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 650/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, SILVANA HELENA GRANEMANN, matrícula nº 2956, do cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 11/05/98 (Deputado Carlito Merz).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 651/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, MARIA CRISTINA DE SOUZA, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 16/11/98 (Deputado Carlito Merz).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 652/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 40, XIX, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º - Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, de livre nomeação dos Senhores Deputados que, na próxima Legislatura não terão mais assento nesta Casa, deverão, obrigatoriamente, usufruir as suas férias regulamentares relativas ao exercício de 1999, no mês de Janeiro, desde que preencham o disposto no § 1º do art. 59, da Lei nº 6.745, de 28/12/85.

Art. 2º - É defeso a sustação de férias dos servidores de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - Fica o Departamento Administrativo, autorizado a proceder as adequações que se fizerem necessárias.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 653/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 30 de novembro de 1998, os efeitos da Resolução nº 399, de 22/05/98, que colocou à disposição do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SC, o servidor VERGILIO PONCIANO, matrícula nº 1002.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 654/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 804, de 09/10/96, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a MARILIA A. PIMENTEL RODRIGUES, matrícula nº 0870, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 01/11/98 (Deputado Eni Voltolini).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 655/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 590, de 13/02/95, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a TEREZA PAULINA BACK, matrícula nº 0906, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 01/11/98 (Deputado Eni Voltolini).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 656/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 787, de 15/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a IRACEMA VERGINIA MARTINS, matrícula nº 1463, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 09/11/98 (Deputado Jorginho Mello).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 657/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 786, de 15/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a MARISTELA D. DA SILVEIRA LIMA, matrícula nº 1969, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 09/11/98 (Deputado Idelvino Furlanetto).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 658/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 680, de 06/08/96, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a LAILA CUNHA GUIMARÃES, matrícula nº 1364, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 01/11/98 (Deputado Gervásio Maciel).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 659/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR SINESIO CARLOS KOERICH, matrícula nº 2023, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM/9-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MAURILIO JOAQUIM DE SOUZA, a partir de 06/11/98 (Deputado Ciro Marcial Roza).

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 660/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1442/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a JOSÉ ILTON PEREIRA, matrícula nº 0764, ocupante do cargo de Agente de Portaria, código PL/ATA-6-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 12/08/93 a 11/08/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 661/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1467/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a MARIA DA GRAÇA CARDOSO, matrícula nº 1529, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/08/92 a 02/08/97.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 662/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1496/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a REINALDO JORGE DE OLIVEIRA, matrícula nº 1542, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/08/92 a 02/08/97.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 663/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1504/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a VANOIR GUAREZI ZACARON, matrícula nº 1394, ocupante do cargo de Técnico em Serviços Gráficos, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 22/04/91 a 22/04/96.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 664/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1511/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ALEXANDRE PANTALEÃO ATHANÁSIO, matrícula nº 0882, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 15/10/93 a 15/10/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 665/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1513/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ALTAIR PEIXOTO, matrícula nº 0782, ocupante do cargo de Jornalista, código PL/ATS-12-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licenças Prêmio referente aos quinquênios compreendidos entre 28/06/88 a 27/06/93 e de 28/06/93 a 27/06/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 666/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1526/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a JUVENAL LINO MACHADO, matrícula nº 2174, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 20/10/92 a 20/10/97.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 667/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1532/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ELISIANA BARBOSA DE OLIVEIRA, matrícula nº 1774, ocupante do cargo de Telefonista, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 04/08/93 a 04/08/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 668/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a JANDIRA CUSTÓDIA DE AMORIM, matrícula nº 0306, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa) dias, a partir de 10/10/98.

RESOLUÇÃO Nº 669/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a RENATO FARIAS, matrícula nº 0942, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 22/10/98.

RESOLUÇÃO Nº 670/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARILEA MARCON CORREA, matrícula nº 1369, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-11-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 28/10/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE E ESPECIAL

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às nove horas do dia primeiro do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado IVAN RANZOLIN e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Eni Voltolini, Olives Santini, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente relatou os Projetos-de-Lei nºs 229.3 e 230.2/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Abaixo-assinado nº 004.9/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido para vista ao senhor Deputado Pedro Uczai. O senhor Deputado Olives Santini relatou o Projeto de Lei nº 187.5/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Miguel Ximenes relatou o Projeto de Lei nº 212.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Abaixo-assinado nº 003.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Pedro Uczai. O senhor Deputado Romildo Titon relatou a Mensagem de Veto nº 3782/98, exarando parecer pela manutenção, que posto em discussão e votação, foi rejeitado por maioria. O senhor Deputado João Henrique Blasi relatou o Ofício nº 27.5/98, exarando parecer pela nulidade do Decreto Legislativa nº 18.062, de 18 de dezembro de 1997. Logo após foi redistribuído ao senhor Deputado Olives Santini para designar relatório verbal, a Mensagem nº 3779, que exarou parecer pela manutenção do veto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Eni Voltolini relatou os Projetos-de-Lei nºs 130.8, 135.1 e 215.9/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 219.0/98, exarando parecer pelo sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem de Veto nº 3107/98, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após, o senhor Presidente comunicou que a Comissão se reunirá extraordinariamente,

após Sessão Plenária, e no dia de amanhã, 02(dois) deste mês, às 9(nove) horas. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 01 de setembro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Olives Santini - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às nove horas e trinta minutos do dia seis do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado IVAN RANZOLIN e presentes mais os senhores Deputados Eni Voltolini, Olives Santini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a deliberar a oitiva dos depoentes intimados em referência à Representação nº 002/98, movida contra o senhor Deputado Jaime Mantelli, contabilizando 10 depoentes, sendo que, quatro compareceram para depôr: sendo: Fausto Brasil Gonçalves, Luiz Gonzaga Nunes da Luz, Edeval Pieri e Edson Pedro Flôr, após a oitiva das testemunhas. O senhor Presidente recebeu das mãos do senhor Ruy Spindola, procurador, da ação, apresentou segundo rol de testemunhas a serem ouvidas. Comumente, o senhor Presidente manifestou-se favorável, encaminhando a secretaria que autuassem o pedido, e providenciassem as intimações necessárias, conforme requêstadas do representado. Nada mais havendo a deliberar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 06 de agosto de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Olives Santini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às doze horas e trinta minutos do dia seis do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado IVAN RANZOLIN e presentes mais os senhores Deputados Eni Voltolini, Olices Santini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Neodi Saretta, solicitou verbalmente à Presidência da Comissão um cronograma para deliberação das matérias pendentes e às de prioridades, a serem incluídas na reunião do dia 17 deste mês, haja vista a necessidade de algumas matérias estarem com prazo esgotado, adiante agradeceu a atenção de todos, retirou-se. Doravante o senhor Presidente da Comissão comunicou à todos o seguinte Cronograma: 1ª Fase - Projeto de Lei nº 189/98, de que trata sobre a estrutura e organização do Sistema Financeiro do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências", que após análise, no dia 11(onze) repassaria cópias do parecer preliminar aos membros da Comissão e lideranças com assento neste Casa, para que, no dia 17(dezessete), fosse à deliberação na Comissão, com início às 9 (nove) horas. 2ª Fase - à inclusão dos Projetos-de-Lei nºs 223.7/98 - (pedágio) e outros. As matérias a serem deliberadas segue o processo conjuntamente com às Comissões de Finanças e Tributação; Trabalho, Administração e Serviços Públicos; e Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural. Logo após, o senhor Presidente colocou em votação o citado cronograma, que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 06 de agosto de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Olices Santini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às nove horas do dia dezessete do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado IVAN RANZOLIN e presentes mais os senhores Deputados Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes, Pedro Uczai e, em substituição ao senhor Eni Voltolini, o senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente relatou a Mensagem Veto nº 3790/98, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs. 213.3 e 232.8/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. O senhor Deputado Olices Santini relatou o Projeto de Lei nº 223.7/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado João Henrique Blasi relatou o Projeto de Lei nº 192.5/98, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 129.9/98, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Miguel Ximenes relatou o Projeto de Lei nº 224.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às nove horas do dia dezoito do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Júlio Teixeira, substituindo o senhor Deputado Ivan Ranzolin e presente mais os Senhores Deputados Jorginho Mello, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente leu a nominata dos Depoentes intimados, constante do Processo de Representação RP/002/98. Sendo: os senhores Dep. Jaime Mantelli, Luciano João da Silva e as senhoras Marilda Bumn e Djanira Michel. Conforme o termo de compromisso assinado, compareceram ao local, a senhora Djanira Michel e o senhor Deputado Jaime Mantelli. Ausentes, o senhor Luciano João da Silva, que não foi encontrado no endereço indicado, nos autos contactou-se que o inquirido mudou-se à cidade de Lontras e apresentou atestado médico a senhora Marilda Bumn, subscrito pelo médico Dr. Paulo Mattosinho Filho - Neurologista - CRM 3631. Após a ouvida de algumas testemunhas, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "Ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1998.

Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às quatorze horas do dia dezoito do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado João Henrique Blasi e presentes mais o senhor Deputado Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente consultou o número de quorum e passou a ler a nominata dos intimados: Sendo o senhor Deputado Narcizo Parisotto, Mari Neiva Bedra, Artêmio Carniel; relatório: O senhor Deputado Narciso Parisotto, por motivo de saúde não pode comparecer; justificando através de atestado no Departamento Administrativo o senhor Artêmio Carniel, não foi encontrado no local de sua residência, e Mari Neiva Bedra, compareceu, mas não foi possível ouvi-la por estar ausente da reunião, o senhor Deputado Romildo Titon, relator. Assim o senhor Presidente em exercício, ficou impossibilitado de prosseguir com a reunião encerrando-a. Determinando outra oitiva para o dia 03 de setembro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo Presidente e demais membros.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1998

Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às dez horas do dia dois do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Eni Voltolini, Olices Santini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Pedro Uczai, e em substituição aos senhores Deputados Júlio Teixeira e Miguel Ximenes, os senhores Deputados Norberto Stroisch Filho e Herneus de Nadal, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente relatou os Projetos-de-Lei nºs 243.4 e 246.2/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão, foram cedidos para vista ao senhor Deputado Pedro Uczai. O senhor Deputado Norberto S. Filho relatou o Projeto de Lei nº 240.6/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Ivan Ranzolin. O senhor Deputado João Henrique Blasi relatou o Projeto de Lei nº 214.6/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 210.5/98, exarando parecer favorável, que posto em

discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O senhor Deputado Eni Voltolini** relatou o Projeto de Lei nº 207.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O senhor Deputado Herneus de Nadal** relatou o Abaixo-assinado nº 0013.0/95, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 2 de setembro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Olices Santini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dezesseis horas do dia dois do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Olices Santini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente relatou os Projetos-de-Lei nºs 211.8, 243.4 e 246/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; a emenda aditiva nº 001/98 ao Projeto de Lei nº 229/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Abaixo-assinado nº 004.9/97, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O senhor Deputado João Henrique Blasi** relatou o Abaixo-assinado nº 002.3/97, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O senhor Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei nº 247.5/98, exarando favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário, "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 02 de setembro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Olices Santini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dezesseis horas do dia treze do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Pedro Uczai, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes e Eni Voltolini, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. **O senhor Presidente** relatou os Projetos-de-Lei nºs 218.7, 222.4, 227.8 e 231.5/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Abaixo-assinado nº 001.8/98, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O senhor Deputado João Henrique Blasi** relatou o Projeto de Resolução nº 008.6/98, exarando parecer pela diligência "encaminhando à Procuradoria desta Casa para análise", que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 129.9/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos-de-Lei nºs 068.6 e 173.0/98, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 205.5/98, exarando parecer pelo substitutivo Global, que posto em discussão, foi cedido para vista

ao senhor Deputado Eni Voltolini. **O senhor Deputado Eni Voltolini** relatou o Projeto de Lei nº 124.5/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 13 de outubro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Pedro Uczai - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Eni Voltolini - Membro

*** X X X ***

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às nove horas do dia vinte do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Eni Voltolini, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes, Pedro Uczai e, em substituição ao senhor Deputado Olices Santini, o senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. **O senhor Presidente** passou a palavra ao convidado, o senhor Desembargador João Martins, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado, para prestar algumas informações referente aos Projetos que se encontram em tramitação na Assembléia Legislativa, oriundos do Poder Judiciário. Assim, por determinação unânime, foi-lhe concedido prazo normal para a exposição de motivos, que, portanto, teve êxito alcançado alguns questionamento dos parlamentares com assento nesta Casa. A seguir, o senhor Presidente agradeceu a presença do nobre Presidente do Tribunal de Justiça e, comunicou que a reunião da Comissão se removeria para a Sala 27, dando a continuidade às deliberações no âmbito da Comissão. Por isso, relatou o Projeto de Lei nº 226.5/98, exarando parecer favorável ao arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 228.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos. **O senhor Júlio Teixeira** o Projeto de Lei nº 195.3/98, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 240.6/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos. **O senhor Deputado João Henrique Blasi** os Ofícios nº 041.6, 042.9, 043.1 e 044.4/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Ofício nº 040.3/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Romildo Titon; os Projetos-de-Lei nºs 261.6 e 264.4/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 205.5/98, exarando parecer favorável ao Substitutivo Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O senhor Deputado Pedro Uczai** relatou os Projetos-de-Lei nºs 217.4, 258.1, 263.1, 265.7, 266.0, 267.2/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 069.9/96, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos. **O senhor Deputado Miguel Ximenes** relatou o Projeto de Lei nº 255.3/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O senhor Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos-de-Lei nºs 250.0, 252.5, 257.9 e 268.5/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Após a deliberação, o senhor Presidente convocou todos membros presente para reunião extraordinária, dia 21, às 10 horas, tendo como pauta os vetos que estão em tramitação. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 20 de outubro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às dez horas do dia vinte e um do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do Senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os Senhores Deputados Julio Teixeira, Eni Voltolini, Olives Santini, Romildo Titon, João Henrique Blasi e, em substituição ao Senhor Deputado Pedro Uczai, o Senhor Deputado Carlito Merss, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. **O Senhor Presidente** relatou a Mensagem de Veto nº 3852/98, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem nº 3858/98, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Senhor Deputado Carlito Merss. **O senhor Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos-de-Lei nºs 285.4, 292.0 e 297.3/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Senhor Deputado Eni Voltolini** relatou o Projeto de Lei nº 220.9/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Júlio Teixeira** relatou o Projeto de Lei nº 262.9/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado João Henrique Blasi** relatou o ofício nº 045.7/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o ofício nº 040.3/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 399.3/97, exarando pela devolução à Comissão de Finanças, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o ofício nº 035.3/98, exarando parecer pela devolução à Comissão, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Carlito Merss** relatou a Mensagem nº 3851/98, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, foram aprovadas as Redações Finais dos Projetos-de-Lei nºs 130.8/98, 246.2/98, 211.9/98, 187.5/98, 206.8/97, 210.5/98, e do Projeto de Lei Complementar nº 004.2/98. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 1998

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Olives Santini - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Carlito Merss - Membro substituto

*** X X X ***

**ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às dez horas do dia vinte e dois do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. **O senhor Presidente** apresentou representação nº 002/98, movido contra o senhor Deputado Jaime Mantelli, após concedeu para as considerações dos senhores procuradores, que: justificaram a ausência do senhor Deputado Jaime Mantelli, por motivos de engarrafamento no trajeto por onde se locomove para retornar a Florianópolis, no trecho da BR/101. O senhor Presidente acatando as considerações apresentou a proposta de uma nova reunião, da qual, o representado comparecesse na audiência, não houve deliberação, foi concedida a palavra ao senhor Deputado Pedro Uczai, manifestou que na próxima reunião traria o relatório final, após as considerações de vistas dos autos aos procuradores para deliberação. A seguir o senhor Presidente apresentou o processo de Representação nº 001/98, movido contra o senhor Deputado Narcizo Parisotto, de que não compareceu para depôr, por se encontrar em licença sem remuneração, até o dia 29 deste mês. Como não havendo o que deliberar, o senhor Presidente convocou uma nova reunião, para o dia 29 deste mês, às 9:30 hs, determinando deliberação final das ouvidas. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 22 de outubro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e dois do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e Presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Romildo Titon, João Henrique Blasi e Miguel Ximenes, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Júlio Teixeira, que relatou a Mensagem nº 3884/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 22 de outubro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Eni Voltolini, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes e Pedro Uczai, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. **O senhor Presidente** relatou a Mensagem nº 3858/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos-de-Lei nºs 239.7, 237.1, 253.8 e 307.5/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O senhor Deputado João Henrique Blasi** relatou o Projeto de Lei nº 203.0/98, exarando parecer favorável ao envio da presente matéria ao Ministério Público, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 354.5/97, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei 275.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O senhor Deputado Eni Voltolini** relatou os Projetos-de-Lei nºs 277.6 e 279.1/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 142.7/98, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei 284.1/98, exarado parecer favorável ao sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O senhor Deputado Júlio Teixeira** relatou os Projetos de Lei nºs 248.8 e 249.0/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O senhor Deputado Miguel Ximenes relatou os Projetos-de-Lei nºs 254.0 e 256.6/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 241.9/98, exarando parecer favorável ao sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 28 de outubro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dez do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados Júlio Teixeira, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Miguel Ximenes, Pedro Uczai e, em substituição ao senhor Deputado Olices Santini, o senhor Deputado Otávio Gilson dos Santos, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Miguel Ximenes que relatou o Projeto de Lei nº 316.6/98, exarando parecer favorável ao substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Miguel Ximenes - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CONSTITUÍDA PELA
RESOLUÇÃO DP/16/98, DE 28 DE MAIO DE 1998 DA MESA
DIRETORA DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Às dezessete horas do dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e noventa e oito, na Sala das Comissões do Palácio Barriga-Verde, sob a Presidência do Senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes os Senhores Deputados Romildo Titon, Pedro Bittencourt Neto, Pedro Uczai e Jorginho Mello, reuniu-se a Comissão acima epigrafada. Aberto os trabalhos pelo Senhor Deputado Ivan Ranzolin conforme prevê o art. 31 do Regimento Interno, inicialmente foi lido a resolução DP nº 32/98 que substituiu o Senhor Deputado Pedro Bittencourt Neto pelo Senhor Deputado Júlio Teixeira. Ato contínuo, foi colocado em discussão a eleição do Presidente e Relator da Mensagem Governamental que indicou o Senhor Nelson Wedekin para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Na sequência dos trabalhos, foram aprovados as indicações dos Senhores Deputados Romildo Titon para Presidente e Júlio Teixeira para Relator. O Senhor Deputado Romildo Titon, já no exercício da Presidência, informou que o Relator irá dispor de 10 dias para opinar sobre o assunto em questão, conforme determina o art. 230 do Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, convocando outra para o dia 04 de novembro às 17 horas na sala de reuniões das Comissões Técnicas e para constar, eu, Jorge Clênio da Silva, Secretário designado, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

Sala da Comissão, em 27 de outubro de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado Júlio Teixeira - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro

*** X X X ***

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL INTERNA
QUE ANALISA A INDICAÇÃO DO CANDIDATO À VAGA DE
CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA
CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) – Srs. Deputados, havendo quórum legal declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar Especial Interna que analisa a Mensagem nº 03495/98, que indicava o Sr. Nelson Wedekin para Conselheiro do Tribunal de Contas.

Eu queria justificar o adiamento da reunião de ontem, tendo em vista a Mensagem nº 3907, que chegou do Sr. Governador, que tem o seguinte teor:

(Passa a ler)

"Excelentíssimo Sr. Presidente e demais Membros da Assembléia Legislativa,

Dirijo-me a V.Exa. para solicitar respeitosamente a retirada de pauta da Mensagem nº 3495, de 19 de maio de 1998, encerrando-se sua tramitação.

Palácio Santa Catarina
Florianópolis, 10 de novembro de 1998.
Paulo Afonso Evangelista Vieira
Governador do Estado."

Tendo em vista esta mensagem, ontem nós adiamos para tomarmos conhecimento de quais as tratativas, as medidas que deveremos tomar.

Hoje entendendo que perdeu o objeto da presente mensagem, tendo em vista a mensagem do Governador, e pelas informações que tivemos da nossa assessoria, deixa de existir, então, a Comissão a partir de agora por perda de objeto.

Deixo a palavra livre aos Membros da Comissão e solicitamos a manifestação do nobre Relator, Deputado Júlio Teixeira.

O SR. RELATOR (Deputado Júlio Teixeira) – Sr. Presidente e Srs. Deputados, em primeiro plano gostaria de manifestar o meu total apreço pela condução dos trabalhos do nosso Presidente, Deputado Romildo Titon, e aos Srs. Deputados pela confiança externada quando da escolha do nosso nome para a Relatoria desta matéria.

Em função da mensagem advinda do Governo do Estado, eu solicitarei ao Sr. Presidente que me passasse às mãos a mensagem para conhecimento deste Relator da íntegra do teor da mensagem que é a de retirada de pauta da mensagem que provocou a instalação desta Comissão.

Nós gostaríamos de dizer que o nosso trabalho está concluído e permanece na Assembléia Legislativa como um detalhe, como uma forma de contribuição a um processo instaurado nesta Assembléia Legislativa e que, em função do envio dessa missiva, a nossa participação encerra-se neste presente momento.

Muito obrigado a todos os Companheiros e ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) – Livre a palavra aos demais Membros.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, nós agradecemos a participação de todos nesse pequeno espaço que estivemos juntos nesta Comissão e por, como falei anteriormente, perda de objeto, fica extinta a Comissão.

Muito obrigado.

Sala da Comissão, em 11 de novembro de 1998.

Deputado Romildo Titon - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Relator
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Carlito Merss - Membro substituto

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 414/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições e tendo em vista os termos do of. nº 004/98, da Comissão de Sindicância nº 014, constituída pela Portaria nº 384, de 14/10/98,

RESOLVE: com fulcro no parágrafo único, do artigo 158, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria nº 384, de 14/10/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 415/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR JOSÉ GERALDO DA SILVA, matrícula nº 1467, na Diretoria de Transportes.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 416/98

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR NOELI TEREZINHA LIVI, matrícula nº 0961, na Divisão de Imprensa.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 417/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a DOLMA MAGNANI DE OLIVEIRA, matrícula nº 0741, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 20/10/98.

PORTARIA Nº 418/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a JOÃO JOAQUIM OLIVEIRA, matrícula nº 1642, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATS-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 20/10/98.

PORTARIA Nº 419/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a CLEUSA BOTELHO CRIPPA, matrícula nº 1812, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-11-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 19 (dezenove) dias, a partir de 26/10/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 420/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a WALTER MOREIRA ALVES, matrícula nº 1279, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 28/10/98.

PORTARIA Nº 421/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARILETE LOPES BARZAN, matrícula nº 1246, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 03/11/98.

PORTARIA Nº 422/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a ROSANGELA BITTENCOURT, matrícula nº 0961, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/11/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 423/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a MARIA MARCIA DE MELO BARRETO, matrícula nº 1252, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-H, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/11/98.

PORTARIA Nº 424/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a MARIA CANDIDA GOULART CORDOVA, matrícula nº 1478, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 04/11/98.

PORTARIA Nº 425/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MAURILIO JOAQUIM DE SOUZA, matrícula nº 3086, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 05/11/98.

Palácio Barriga-Verde, em 13/11/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

TERMOS DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 510/98

(MENSAGEM Nº 3672)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Convênio nº 04/98 - Cerro Negro, constante deste processo, celebrado com o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC, objetivando a prestação de benefícios e serviços aos servidores públicos da Câmara Municipal. Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 511/98

(MENSAGEM Nº 3674)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Termo de Comodato nº 7459/98-4 - Campo Alegre, constante deste processo, celebrado com a Polícia Militar de Santa Catarina, objetivando a locação do imóvel, para abrigar a sede destinada ao funcionamento da organização policial militar, no município, nos termos do Decreto Governamental nº 2.934, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 512/98

(MENSAGEM Nº 3675)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Convênio nº 07/98 - Presidente Getúlio, constante deste processo, celebrado com o Instituto de Previdência de Santa Catarina - IPESC, objetivando prestar serviços de previdência e assistência aos servidores públicos civis da Câmara Municipal. Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 513/98

(MENSAGEM Nº 3676)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 12518/96-0 - São Bento do Sul, constante deste processo, celebrado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Polícia Militar do Estado, com a intervenção da Delegacia Geral da Polícia Civil, objetivando delegar ao Estado de encargos de regulamentação e fiscalização do trânsito nas vias públicas do município, nos termos do Decreto Governamental nº 2.932, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 514/98

(MENSAGEM Nº 3677)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Primeiros Termos Aditivos aos Convênios nºs: 8387/97-9 - Joinville; 8402/97-6 - Joinville, constantes deste processo, celebrados com as Secretarias de Estado dos Transportes e Obras e da Fazenda, objetivando alteração de cláusula.

Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 515/98

(MENSAGEM Nº 3678)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 5685/98-5 - Anitápolis; 5689/98-8 - Balneário Arroio do Silva; 5705/98-3 - Benedito Novo; 5808/98-4 - Guaramirim; 5817/98-3 - Curitiba; 5848/98-3 - Xanxerê, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental da Rede Estadual, nos termos do Decreto Governamental nº 2.950, de 05 de junho de 1998.

Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 516/98

(MENSAGEM Nº 3678)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 5887/98-4 - Porto União; 5957/98-9 - Lebon Régis; 7399/98-7 - Anchieta; 7400/98-4 - Bombinhas; 7483/98-7 - Concórdia; 7489/98-6 - Joaçaba; 7491/98-4 - Antônio Carlos, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental da Rede Estadual, nos termos do Decreto Governamental nº 2.950, de 05 de junho de 1998.

Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 517/98

(MENSAGEM Nº 3679)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 7420/98-9 - Alto Bela Vista; 7421/98-7 - Armazém; 7422/98-5 - Canoinhas; 7424/98-1 - Correia Pinto; 7425/98-0 - Cordilheira Alta; 7426/98-8 - Dionísio Cerqueira; 7430/98-6 - Itá; 7431/98-4 - Ipira; 7434/98-9 - Piratuba; 7435/98-7 - Riqueza, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação técnico-financeira, para a expansão e melhoria do ensino municipal, nos termos do Decreto Governamental nº 2.951, de 05 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 518/98

(MENSAGEM Nº 3680)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 7448/98-9 - Morro Grande; 7449/98-7 - Erval Velho; 7450/98-0 - Presidente Castelo Branco; 7461/98-6 - Saltinho, constantes deste processo, celebrados com a Polícia Militar do Estado, objetivando a realização e manutenção do policiamento ostensivo por intermédio de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar do Estado, nos termos do Decreto Governamental nº 2.933, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 519/98

(MENSAGEM Nº 3681)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Termos de Cessão de Uso nºs 7460/98-8 - Herval D'Oeste; 7462/98-4 - São Bento do Sul; constantes deste processo, celebrados com a Polícia Militar do Estado, objetivando veículos para a utilização exclusiva do Corpo de Bombeiros dos municípios, nos termos do Decreto Governamental nº 2.935, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 19/10/98 Recebido.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 520/98

(MENSAGEM Nº 3682)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Termo de Rerratificação ao Convênio nº 3004/98-0 - Guarujá do Sul - APAE, constante deste processo, celebrado com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania objetivando retificar cláusula, nos termos do Decreto Governamental nº 2.931, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 521/98

(MENSAGEM Nº 3683)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Convênio nº 6122/98-0 - Criciúma, constante deste processo, celebrado com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, objetivando cooperação financeira para a reforma do prédio e aquisição de móveis e equipamentos para atender jovens com dependência química, nos termos do Decreto Governamental nº 2.929, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 522/98

(MENSAGEM Nº 3684)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Primeiro Termo Aditivo do Convênio nº 10330/97-6 - Lages, constante deste processo, celebrado com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, objetivando alteração de cláusula, nos termos do Decreto Governamental nº 2.930, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 523/98

(MENSAGEM Nº 3685)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Convênio nº 7391/98-1 - Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, constante deste processo, celebrado com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, objetivando regular as condições de realização de estágios de alunos, nos termos do Decreto Governamental nº 2.895, de 20 de maio de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 524/98

(MENSAGEM Nº 3686)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Convênio nº 7428/98-4 - Criciúma - Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - UNESCO, constante deste processo, celebrado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Fundo para Melhoria da Segurança Pública, objetivando a contratação de estudantes para prestarem serviços nas unidades policiais vinculadas à Secretaria de Segurança Pública, mediante concessão de bolsas de trabalho, nos termos do Decreto Governamental nº 2.897, de 20 de maio de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 525/98

(MENSAGEM Nº 3687)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 5677/98-4 - Águas Frias; 5681/98-2 - Agrolândia; 5683/98-9 - Araranguá; 5691/98-0 - Ascurra; 5694/98-4 - Braço do Trombudo; 5697/98-9 - Bocaina do Sul; 5699/98-5 - Barra Bonita; 5700/98-2 - Balneário Gaivota; 5701/98-0 - Brunópolis; 5410/98-0 - Brusque, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria da Educação e do Desporto objetivando cooperação técnico-financeira para o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental da Rede Estadual, nos termos do Decreto Governamental nº 2.873, de 12 de maio de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 526/98

(MENSAGEM Nº 3687)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 5711/98-8 - Caibi; 5712/98-6 - Campo Alegre; 5714/98-2 - Campos Novos; 5798/98-3 - Garuva; 5800/98-9 - Grão Pará; 5813/98-0 - Corupá; 5818/98-1 - Descanso; 5819/98-0 - Dionísio Cerqueira; 5868/98-8 - Imbuia; 5871/98-8 - Iporã do Oeste, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação técnico-financeira, para o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental da Rede Estadual, nos termos do Decreto Governamental nº 2.873, de 12 de maio de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 527/98

(MENSAGEM Nº 3688)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 7508/98-6 - Balneário Gaivota; 7509/98-4 - Ermo; 7510/98-8 - Jacinto Machado; 7511/98-6 - Turvo; 7512/98-4 - Garopaba; 7513/98-2 - São Martinho; 7514/98-0 - Gravatal; 7515/98-9 - Jaguaruna; 7516/98-7 - Guabiruba; 7517/98-5 - Botuverá; 7518/98-3 - Ilhota; 7519/98-1 - Içara; 7520/98-5 - Quilombo, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Fazenda, objetivando delegar competência para distribuir, controlar e fiscalizar a emissão

de notas fiscais de produtos e colaborar na cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, nos termos do Decreto Governamental nº 2.926, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 528/98

(MENSAGEM Nº 3689)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 5734/98-7 - Planalto Alegre; 5735/98-5 - Ponte Alta; 5737/98-1 - Porto Belo; 5739/98-8 - Praia Grande; 5744/98-4 - Quilombo; 5758/98-4 - São João Batista; 5764/98-9 - São José do Cerrito; 5785/98-1 - Santiago do Sul; 5787/98-8 - São Carlos; 5839/98-4 - Monte Carlo, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação técnico-financeira para o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental da Rede Estadual, nos termos do Decreto Governamental nº 2.927, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 529/98

(MENSAGEM Nº 3689)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 5854/98-8 - Trombudo Central; 5898/98-0 - Laguna; 5901/98-3 - Lindóia do Sul; 5902/98-1 - Lageado Grande; 5930/98-7 - Orleans; 7402/98-0 - Jacinto Machado; 7481/98-0 - Navegantes; 7488/98-8 - Vargem; 7499/98-3 - Bandeirante; 7522/98-1 - Ponte Serrada, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação técnico-financeira, para o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental da Rede Estadual, nos termos do Decreto Governamental nº 2.927, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 530/98

(MENSAGEM Nº 3690)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 3126/98-7 - Santa Cecília - Associação Corpo de Bombeiros Voluntários; 3145/98-3 - Videira - Sociedade Corpo de Bombeiros, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Fazenda, objetivando cooperação financeira, para a manutenção da equipe permanente de Bombeiros Voluntários, nos termos do Decreto Governamental nº 2.923, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 531/98

(MENSAGEM Nº 3691)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 1642/98-0 - São Joaquim - Conselho Comunitário do Bairro Pradinho; 1686/98-1 - Angelina - Conselho Comunitário de Angelina, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, objetivando cooperação técnico-financeira, para a execução de ações na área de Desenvolvimento Comunitário, nos termos do Decreto Governamental nº 2.928, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 532/98

(MENSAGEM Nº 3692)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 3152/98-6 - Itaiópolis; 5608/98-1 - Águas de Chapecó; 8694/98-0 - Sangão; 8696/98-7 - Piçarras; 8697/98-5 - Treze de Maio, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Fazenda, objetivando a delegação de competência pelo Estado aos Municípios para distribuir, fiscalizar e controlar a emissão de notas fiscais de produtor e colaborar na cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, nos termos do Decreto Governamental 2.924, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 533/98

(MENSAGEM Nº 3693)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 6117/98-4 - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; 6119/98-0 - Fundação de Estudos e Pesquisa Sócio-Econômicos - FEPESE, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, objetivando a implantação do curso de Pós-Graduação a nível de especialização em Gestão de Recursos Humanos, nos termos do Decreto Governamental nº 2.893, de 18 de maio de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 534/98

(MENSAGEM Nº 3694)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 7505/98-1 - São João do Sul; 7506/98-0 - Praia Grande; 7507/98-8 - Santa Rosa do Sul, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Fazenda, objetivando a delegação de competência pelo Estado dos Municípios para distribuir, fiscalizar e controlar a emissão de notas fiscais de produtor e para distribuir o documento de arrecadação do IPVA, nos termos do Decreto Governamental nº 2.925, de 02 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 535/98

(MENSAGEM Nº 3695)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Termo de Rescisão ao Convênio nº 646/97-7 - Sindicato dos Oficiais do Registro Civil, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas e Escrivães de Paz do Estado de Santa Catarina, constante deste processo, celebrado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Polícia Civil, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e o Fundo para Melhoria da Segurança Pública, objetivando rescindir o presente convênio.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 536/98

(MENSAGEM Nº 3700)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24500/97-3 - Belmonte; 24501/97-1 - Bom Jesus; 24502/97-0 - Bom Jesus do Oeste; 24503/97-8 - Bom Retiro; 24504/97-6 - Braço do Trombudo; 24505/97-4 - Brunópolis; 24506/97-2 - Camboriú; 24507/97-0 - Campo Belo do Sul; 24508/97-9 - Campo Erê; 24509/97-7 - Canelinha; 24510/97-0 - Canoinhas; 24511/97-9 - Capivari de Baixo; 24512/97-7 - Celso Ramos; 24513/97-5 - Cerro Negro; 24514/97-3 - Concórdia; 24515/97-1 - Cordilheira Alta; 24516/97-3 - Coronel Freitas, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira, para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 537/98

(MENSAGEM Nº 3700)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24517/97-8 - Correia Pinto; 24518/97-6 - Corupá; 24519/97-4 - Criciúma; 24520/97-8 - Cunhataí; 24521/97-6 - Curitibaanos; 24522/97-4 - Urubici; 24523/97-2 - Turvo; 24524/97-0 - Praia Grande; 24525/97-9 - Porto União; 24526/97-7 - Ponte Alta do Norte; 24527/97-5 - Piratuba; 24528/97-3 - Pinheiro Preto; 24529/97-1 - Pedras Grandes; 24530/97-5 - Paulo Lopes; 24531/97-3 - Modelo; 24532/97-1 - Passos de Torres, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 538/98

(MENSAGEM Nº 3700)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24533/97-0 - Palmitos; 24534/97-8 - Palma Sola; 24535/97-6 - Palhoça; 24536/97-4 - Novo Horizonte; 24537/97-2 - Nova Veneza; 24538/97-0 - Nova Itaberaba; 24539/97-9 - Morro da Fumaça; 24540/97-2 - Irani; 24541/97-0 - Irati; 24542/97-9 - Irineópolis; 24543/97-7 - Ituporanga; 24544/97-5 - Jaborá; 24545/97-3 - Jacinto Machado; 24546/97-1 - Jardinópolis; 24547/97-0 - Joaçaba; 24548/97-8 - Jupiá,

constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira, para a expansão da melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 539/98

(MENSAGEM Nº 3700)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24549/97-6 - Lacerdópolis; 24550/97-0 - Lageado Grande; 24551/97-8 - Lages; 24552/97-6 - Lauro Müller; 24553/97-4 - Luis Alves; 24554/97-2 - Luzerna; 24555/97-0 - Macieira; 24556/97-9 - Mafra; 24557/97-7 - Major Gercino; 24558/97-5 - Major Vieira; 24559/97-3 - Marema; 24560/97-7 - Massaranduba; 24561/97-5 - Meleiro; 24562/97-3 - Içara; 24564/97-0 - Ilhota; 24565/97-8 - Imaruí; 24566/97-6 - Indaial; 24567/97-4 - Ipuacu; 24568/97-2 - Morro Grande, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 540/98

(MENSAGEM Nº 3701)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24419/97-8 - Presidente Nereu; 24420/97-1 - Grão Pará; 24421/97-0 - José Boiteux; 24422/97-8 - Presidente Getúlio; 24424/97-4 - Ascurra; 24425/97-2 - Lontras; 24426/97-0 - Santa Terezinha; 24430/97-7 - São Bernardino; 24431/97-7 - Santa Terezinha do Progresso; 24432/97-5 - Saltinho; 24433/97-3 - Três Barras; 24434/97-1 - Timbó; 24435/97-0 - Santo Amaro da Imperatriz; 24436/97-8 - Rio Fortuna; 24437/97-6 - Treze de Maio, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 541/98

(MENSAGEM Nº 3701)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24438/97-4 - Taió; 24439/97-2 - Sul Brasil; 24440/97-6 - Siderópolis; 24441/97-4 - Schroeder; 24442/97-2 - São Ludgero; 24443/97-0 - São José do Cerrito; 24444/97-9 - Benedito Novo; 24445/97-7 - Barra Velha; 24446/97-5 - Anita Garibaldi; 24447/97-3 - Morro da Fumaça; 24448/97-1 - Massaranduba; 24449/97-0 - Luis Alves; 24450/97-3 - Jupiá; 24451/97-1 - Jaborá; 24452/97-0 - Itá, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 542/98

(MENSAGEM Nº 3701)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24453/97-8 - Içara; 24454/97-6 - Ponte Alta; 24455/97-4 - Ponte Alta do Norte; 24456/97-2 - Planalto Alegre; 24457/97-0 - Petrolândia; 24458/97-9 - Passos Maia; 24459/97-7 - Palma Sola; 24460/97-0 - Novo Horizonte; 24461/97-9 - Nova Veneza; 24462/97-5 - Chapecó; 24463/97-3 - Canoinhas; 24464/97-3 - Camboriú; 24465/97-1 - Brunópolis; 24466/97-0 - Braço do Norte; 24467/97-8 - Urubici, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 543/98

(MENSAGEM Nº 3701)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24468/97-6 - Urussanga; 24469/97-4 - Xaxim; 24470/97-8 - Grão Pará; 24471/97-6 - Garuva; 24472/97-4 - Garopaba; 24473/97-2 - Cunhataí; 24474/97-0 - Correia Pinto; 24475/97-9 - Formosa do Sul; 24476/97-7 - Flôr do Sertão; 24477/97-5 - Ermo; 24478/97-3 - Coronel Freitas; 24479/97-1 - Criciúma; 24480/97-5 - Palmitos; 24481/97-3 - Sto. Amaro Imperatriz; 24483/97-0 - Sta. Rosa do Sul, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 544/98

(MENSAGEM Nº 3701)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24484/97-8 - Saltinho; 24485/97-6 - Romelândia; 24486/97-4 - Rio Rufino; 24487/97-2 - Rancho Queimado; 24488/97-0 - Abelardo Luz; 24489/97-9 - Águas Frias; 24490/97-2 - Águas Mornas; 24491/97-0 - Alfredo Wagner; 24493/97-7 - Armazém; 24494/97-5 - Arroio Trinta; 24495/97-3 - Atalanta; 24496/97-1 - Aurora; 24497/97-0 - Balneário Gaivota; 24498/97-8 - Barra Bonita; 24499/97-6 - Bela Vista do Toldo, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 545/98

(MENSAGEM Nº 3702)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 21938/97-0 - Caibi; 21964/97-9 - Botuverá; 24492/97-9 - Anitápolis; 24569/97-0 - Passos Maia; 24570/97-4 - Painel; 24571/97-2 - Ponte Alta; 24572/97-0 - Salto Veloso; 24576/97-3 - Sta. Terezinha do Progresso; 24577/97-1 - Concórdia; 24578/97-0 - Urupema; 24579/97-8

- Camboriú; 24580/97-1 - Schroeder; 24581/97-0 - Xaxim, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal. Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 546/98

(MENSAGEM Nº 3702)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24583/97-6 - Descanso; 24584/97-4 - Doutor Pedrinho; 24585/97-2 - Ermo; 24586/97-0 - Flôr do Sertão; 24587/97-9 - Frei Rogério; 24590/97-9 - Guabiruba; 24591/97-7 - Guaraciaba; 24592/97-5 - Guarujá do Sul; 24593/97-3 - Guatambu; 24594/97-1 - Ibicaré; 24596/97-8 - São Miguel da Boa Vista; 24597/97-6 - Imbuia; 24598/97-4 - São Bernardino, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria de ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 547/98

(MENSAGEM Nº 3702)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24599/97-2 - São Cristóvão do Sul; 24600/97-0 - São João do Sul; 24601/97-8 - São Joaquim; 24602/97-6 - São José do Cedro; 24603/97-4 - São Lourenço do Oeste; 24604/97-2 - São Ludgero; 24605/97-0 - São Martinho; 24606/97-9 - Serra Alta; 24607/97-7 - Sombrio; 24608/97-5 - Sul Brasil; 24609/97-3 - Taió; 24610/97-7 - Tigrinhos; 24611/97-5 - Timbó, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 548/98

(MENSAGEM Nº 3702)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 24612/97-3 - Treze de Maio; 24613/97-1 - Urussanga; 24614/97-0 - Vargeão; 24615/97-8 - Armazém; 24617/97-4 - Santa Rosa do Sul; 24621/97-2 - Chapadão do Lageado; 24622/97-0 - Santa Rosa do Sul; 24624/97-7 - Camboriú; 24625/97-5 - Concórdia; 24627/97-1 - Macieira; 24631/97-0 - Balneário Gaivota; 24632/97-8 - Balneário Gaivota; 24634/97-4 - Camboriú; 24638/97-7 - Piratuba, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação

financeira para a expansão e melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal. Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 549/98

(MENSAGEM Nº 3703)

DATA DE ENTRADA: 06/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 21887/97-1 - Tijucas; 21888/97-0 - Tijucas; 21936/97-3 - Laurentino; 21939/97-8 - Riqueza; 21940/97-1 - Laurentino; 21954/97-1 - Rio do Oeste; 21957/97-6 - Anita Garibaldi; 21958/97-4 - Praia Grande; 21959/97-2 - Monte Castelo; 21962/97-2 - Riqueza, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira para a melhoria do ensino de 1º grau, sob a responsabilidade da Administração Municipal.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 550/98

(MENSAGEM Nº 3737)

DATA DE ENTRADA: 03/08/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 8423/97-9 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, constante deste processo, celebrado com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, objetivando a execução do projeto de recuperação e controle ambiental da região do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 551/98

(MENSAGEM Nº 3738)

DATA DE ENTRADA: 03/08/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 1751/98-5 - Chapecó - Consórcio Regional de Saúde do Hospital Lenoir Vargas; o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 083/95 - Criciúma - Fundação Educacional, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Saúde, gestora do Fundo Estadual de Saúde, objetivando editar cláusula

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 552/98

(MENSAGEM Nº 3739)

DATA DE ENTRADA: 03/08/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIÇÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Segundos Termos Aditivos aos Convênios nºs: 6246/97-4 - Nova Trento; 6250/97-2 - Tijucas; 6260/97-0 - Major Vieira; 6262/97-6 - Porto União; 6263/97-4 - Três Barras; 6267/97-7 - Major Gercino; 6324/97-0 - São João do Sul; 6381/97-9 - São João do Itaperiú; 6384/97-3 - Ituporanga;

6397/97-5 - Monte Castelo, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando alteração de cláusula.
Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 553/98

(MENSAGEM Nº 3739)

DATA DE ENTRADA: 03/08/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Segundos Termos Aditivos aos Convênios nºs: 6406/97-8 - Aurora; 6416/97-5 - Dona Emma; 6438/97-6 - Campo Belo Sul; 6443/97-2 - São José do Cerrito; 6445/97-9 - Doutor Pedrinho; 6448/97-3 - Treze de Maio; 6450/97-5 - Camboriú; 6461/97-0 - Gravatal; 6465/97-3 - Capivari Baixo; 6466/97-1 - Grão Pará, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando aditar cláusula.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 554/98

(MENSAGEM Nº 3739)

DATA DE ENTRADA: 03/08/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 6391/97-6 - Barra Velha, constante deste processo, celebrado com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando alteração de cláusula.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 555/98

(MENSAGEM Nº 3739)

DATA DE ENTRADA: 03/08/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Segundos Termos Aditivos aos Convênios nºs: 6474/97-2 - Lindóia do Sul; 6480/97-7 - Ipira; 6481/97-5 - Curitiba; 6486/97-6 - Braço do Norte; 6489/97-0 - Gaspar; 6495/97-5 - Lages; 6496/97-3 - Irani; 6498/97-0 - Rio Rufino; 6499/97-8 - Correia Pinto, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando alteração de cláusula.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 556/98

(MENSAGEM Nº 3739)

DATA DE ENTRADA: 03/08/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Segundos Termos Aditivos nºs 6596/97-0 - Sta. Terezinha do Progresso; 7851/97-4 - Joinville; 7853/97-0 - Nova Veneza; 7856/97-5 - Paulo Lopes; 7860/97-3 - Águas Mornas; 7861/97-1 - Anitápolis; 7863/97-8 - São Bonifácio; 7864/97-6 - Rancho Queimado; 7913/97-8 - Cerro Negro; 10361/97-6 - Bocaina do Sul, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando alteração de cláusula.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 557/98

(MENSAGEM Nº 3739)

DATA DE ENTRADA: 03/08/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Segundos Termos Aditivos nºs 6527/97-7 - Urussanga; 6528/97-5 - Tangará; 6535/97-8 - Catanduvas; 6543/97-9 - Cunhataí; 6546/97-3 - Chapecó; 6561/97-7 - Vargem Bonita; 6564/97-1 - Guatambu; 6567/97-6 - Palmitos; 6570/97-6 - Nova Itaberaba; 6593/97-5 - Iraceminha, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando alteração de cláusula.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 558/98

(MENSAGEM Nº 3739)

DATA DE ENTRADA: 03/08/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Terceiros Termos Aditivos aos Convênios nºs: 8097/97-7 - Jaraguá do Sul; 6240/97-5 - Garopaba; 6395/97-9 - Alfredo Wagner; 6443/97-2 - São José do Cerrito; 6462/97-9 - Orleans; 6560/97-9 - Massaranduba; 6563/97-3 - Serra Alta; 6600/97-1 - Timbó; 6606/97-0 - Lauro Müller, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando aditar cláusula.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 559/98

(MENSAGEM Nº 3679)

DATA DE ENTRADA: 02/07/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Convênios nºs: 7436/98-5 - Rio do Campo; 7437/98-3 - Tigrinhos; 7439/98-0 - Santa Terezinha; 7440/98-3 - Tangará; 7441/98-1 - Braço do Trombudo; 7442/98-0 - Aurora; 7443/98-8 - Mirim Doce; 7444/98-6 - Nova Veneza; 7446/98-2 - Porto União; 7475/98-6 - Apiúna, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, objetivando cooperação financeira, para o desenvolvimento de ações para expansão e melhoria do ensino municipal, nos termos do Decreto Governamental nº 2.951, de 06 de junho de 1998.

Florianópolis, em 10/11/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***

TERMO DE CONVÊNIO Nº 560/98

(MENSAGEM Nº 3879)

DATA DE ENTRADA: 14/10/98

PROCEDÊNCIA: GOVERNAMENTAL

PRAZO DE APRECIACÃO: ORDINÁRIO

Aprova os Protocolos ICMS nºs 22 e 25/98, o Ajuste SINIEF nº 02/98 e os Convênios ICMS nºs 33 a 73/98, constantes deste processo, celebrados na 9ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ realizada em Campos de Jordão/SP, no dia 19 de junho de 1998, constantes da cópia anexa.

Florianópolis, em 19/10/98.

(Data da Tramitação)

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA
Governador do Estado

*** X X X ***